

2010

Relatório e Contas



LOGO

Seguros LOGO, S.A.

Sede: R. D. Manuel II, 290,
4050-344 Porto

Registo na Conservatória
de Registo Comercial do Porto
NIPC: 508 278 600

LOGO[®]



VALTER VINAGRE

b. 1954, Portugal

"S/ título #19", da série *Variações para um fruto*, 2003

Prova por destruição selectiva de corantes (Ilfochrome)

102,5 x 127,5 cm • Edição: 1/3

Cortesia do Artista

Índice Geral

Seguros Logo

01 Órgãos Sociais	7
02 Relatório do Conselho de Administração	11
03 Demonstrações Financeiras	19
04 Demonstração do Rendimento Integral	25
05 Mapa de Variação de Capitais Próprios.....	29
06 Demonstração de Fluxos de Caixa.....	33
07 Anexo às Demonstrações Financeiras	37
08 Divulgação das Políticas de Remuneração	63
09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	73



JEAN-LUC MYLAYNE
b. 1946 França
"Nº. 402 avril mai 2006", 2006
Prova por revelação cromogénea
C-print, 153 x 190 cm • Edição única
Cortesia do artista

01 Órgãos Sociais



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
19



04 Demonstração do Rendimento Integral
25



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
29



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
33



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
37



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
63



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
73

Assembleia-Geral

Presidente

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo

Secretário

Gustavo Alexandre Dinis Gomes Ferreira

Conselho de Administração

Presidente

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Vogais

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Conselho Fiscal

Presidente

António Ricardo Espírito Santo Bustorff

Vogais

João de Faria Rodrigues

Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura

Vogal Suplente

José Silva Duque

Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

Suplente

Soc. de Revisores Oficiais de Contas Amável Calhau, Ribeiro da Cunha e Associados

Conselho de Administração



Peter Brito e Cunha
Presidente



Tomé Pedroso



Miguel Rio-Tinto



Miguel Moreno



Nuno Clemente



MARIANA VIEGAS

b. 1969, Portugal

“Estava sentada e à espera”, da série ILHA, 2010

Prova de impressão digital a jacto de tinta sobre papel fine art.

64 x 77 cm • Edição 1/3 +PA

Cortesia do Artista

02 Relatório do Conselho de Administração



01 Órgãos Sociais
7



03 Demonstrações Financeiras
19



04 Demonstração do Rendimento Integral
25



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
29



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
33



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
37



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
63



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
73

02 Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas o Relatório de Gestão e as respectivas Contas da Seguros LOGO, S.A. (adiante designada por LOGO ou Companhia) respeitantes ao exercício de 2010.

2.1. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2010 ficou marcado pela crise do risco soberano na Zona Euro, sobretudo em resultado do forte desequilíbrio das contas públicas da Grécia e das dificuldades do sector financeiro da Irlanda. O receio da necessidade de apoio financeiro da UE e do FMI se estender a outros países contagiou as economias da periferia da Zona Euro, em particular Portugal e Espanha, penalizando as respectivas condições de financiamento.

Apesar dos receios de instabilidade financeira, o ano de 2010 foi também marcado pela evolução favorável da actividade nas principais áreas económicas, com os impactos desfasados dos estímulos das políticas monetária e orçamental a fazerem sentir-se na procura interna e sobretudo, nos fluxos de comércio internacional. Em 2010 e após os registos negativos observados em 2009, o PIB cresceu 3,6% na Alemanha, 1,7% na Zona Euro e 2,8% nos EUA. As principais economias emergentes mantiveram um dinamismo elevado, registando-se crescimentos de 10,3% na China e 7,5% no Brasil.

2.1.1. Situação Económica Internacional

Após a contracção do PIB observada em 2009 (-2,6%), e apesar de uma conjuntura marcada por diversas incertezas e riscos, a economia dos Estados Unidos cresceu 2,9% em 2010. Em termos anualizados, o crescimento do PIB desacelerou de 5,0% no 4º trimestre de 2009 para apenas 1,7% no 2º trimestre de 2010. A taxa de desemprego permaneceu elevada (9,5% da população activa no final do 1º semestre) embora tenha apresentado uma trajectória descendente ao longo do ano.

A elevada capacidade produtiva instalada não utilizada contribuiu para que a inflação registasse uma trajectória de queda ao longo do período em causa. No início do Verão, os receios de ocorrência de uma nova recessão e os riscos acrescidos de uma conjuntura deflacionista tornaram-se mais visíveis.

Na vertente orçamental, a actual Administração Obama anunciou novos estímulos à procura interna mantendo parte substancial dos estímulos fiscais da anterior administração Bush, estimando-se que ascendam a mais de USD 800 mil milhões. O último trimestre do ano interrompeu a tendência de descida das taxas de juro de mercado, com as perspectivas mais favoráveis para a actividade económica a gerarem receios de pressões inflacionistas fruto da política monetária expansionista.

No entanto, para além das injecções extraordinárias de liquidez, o Fed não sinalizou qualquer intenção de iniciar um ciclo de subidas dos juros de referência, mantendo-se a *target rate dos fed funds* num intervalo entre 0% e 0,25% ao longo de 2010.

Durante o ano de 2010, a economia da Zona Euro consolidou a trajectória de recuperação da actividade iniciada na segunda metade de 2009, que pôs termo ao período de recessão iniciado no 2º trimestre de 2008. O PIB registou assim, um crescimento de 1,7%, após a contracção de

4,1% verificada em 2009. Na base desta recuperação esteve o forte desempenho das exportações que beneficiaram da dinamização dos fluxos de comércio internacional e em especial, da procura oriunda das economias emergentes.

Particularmente forte foi também o desempenho da actividade no 2º trimestre ao crescer 1,0% em termos trimestrais, beneficiando do estímulo fornecido pelo conjunto das políticas de cariz expansionista. No entanto, a base da recuperação foi-se tornando gradualmente mais ampla, sendo também de notar a melhoria do consumo privado e a atenuação da quebra sofrida pelo investimento (o investimento em equipamento exibiu já um crescimento face ao ano anterior), acompanhando uma melhoria dos níveis de confiança e a progressiva normalização das condições de financiamento nas economias *core*.

A recuperação da actividade no conjunto da Zona Euro não foi no entanto, uniforme, sendo de sublinhar a evidente heterogeneidade de desempenho entre Estados-membros. Digno de registo é o desempenho da economia alemã que cresceu 3,6% em 2010, o maior ritmo de expansão desde a reunificação, com um forte contributo das exportações e do investimento em equipamento. Este desempenho contrasta com a desaceleração e mesmo contracção registada pelas economias periféricas da União Económica e Monetária. Neste plano, é de destacar a contracção das economias grega, irlandesa e espanhola, a primeira das quais superior a 4,0%, sobretudo em consequência do acentuado esforço de consolidação orçamental em curso naqueles Estados-membros.

No plano dos preços, a taxa de inflação média anual foi de 1,4% o que representa uma subida face ao registo de 0,3% em 2009 e que em grande medida se ficou a dever às componentes de energia, transportes e alimentação. A taxa de inflação subjacente que exclui aquelas componentes, registou um decréscimo face ao ano anterior, traduzindo a ausência de pressões inflacionistas impostas pela procura. Tal facto decorre também da elevada capacidade produtiva instalada não utilizada e do aumento da taxa de desemprego para 10,0% da população activa.

Neste contexto, o Banco Central Europeu manteve inalterada durante todo o ano, a taxa de juro de referência em 1,0%, nível a que se encontra desde Maio de 2009. Paralelamente, a autoridade monetária forneceu ampla liquidez ao sistema bancário, promovendo operações de cedência ilimitada de liquidez a 3 meses e também, a partir de Maio, adquirindo pontualmente em mercado secundário, títulos de dívida pública, visando reduzir as tensões observadas em alguns mercados, e que foram particularmente visíveis nos mercados de dívida soberana de alguns Estados periféricos.

2.1.2. Situação Económica Nacional

O ano de 2010 foi caracterizado por uma deterioração das condições financeiras enfrentadas pela economia portuguesa, em resultado da maior aversão ao risco dos investidores face à periferia da Zona Euro e sobretudo, na sequência do *downgrading* da República (em dois graus, para A-) levado a cabo, em Abril, por uma das principais agências de *rating*.

Apesar de uma situação sólida ao nível da solvabilidade, os Bancos portugueses passaram a enfrentar um ambiente externo adverso no acesso à liquidez, sendo forçados a um maior recurso às operações de cedência de liquidez do BCE e obrigando a um ajustamento das condições de financiamento da actividade económica interna, no sentido de um aumento da sua restritividade. Em todo o caso, e apesar da evolução desfavorável do consumo e do investimento na segunda metade do ano, a economia portuguesa registou em 2010 um crescimento anual de 1,4%, acima das expectativas, beneficiando em particular, do dinamismo das exportações.

No contexto da crise do risco soberano da Zona Euro, a política orçamental foi caracterizada em 2010 (sobretudo no último trimestre), pela adopção de medidas fortemente restritivas com o objectivo de reduzir o défice de 9,3% do PIB em 2009 para 4,6% do PIB em 2011. Estas medidas incluíram o aumento da carga fiscal nos impostos sobre o rendimento e sobre o consumo, destacando-se neste caso, a subida do IVA de 20,0% para 21,0% em Julho, e de 21,0% para 23,0% já em Janeiro de 2011.

Do lado da despesa, destacam-se o anúncio da redução dos salários e o congelamento de admissões na função pública, para além de cortes nas despesas sociais e de investimento. Em 2010, o défice das Administrações Públicas reduziu-se para um valor de aproximadamente 6,9% do PIB (abaixo da estimativa inicial de 7,3% e beneficiando de uma receita extraordinária de cerca de 1,1% do PIB decorrente da transferência dos fundos de pensões da PT para o sistema público de pensões). A dívida pública subiu de 76,1% para 82,1% do PIB, mantendo-se no entanto, ainda abaixo da média da Zona Euro de 84,1% do PIB.

A subida da taxa média anual de desemprego, de 9,5% para 10,8% da população activa e a perspectiva de redução do rendimento disponível penalizaram a confiança dos consumidores e determinaram uma desaceleração da procura interna na parte final do ano. No entanto, no conjunto de 2010, o consumo privado cresceu cerca de 1,9%, sobretudo em resultado da antecipação de decisões de consumo face aos aumentos do IVA atrás referidos.

Este efeito foi particularmente visível na aquisição de bens duradouros (sobretudo veículos de transporte). Em termos médios anuais, a inflação no consumo subiu de -0,8% para 1,4%, observando-se uma aceleração mais visível dos preços nos últimos meses do ano, decorrente sobretudo da subida dos preços da energia. A inflação homóloga atingiu 2,5% em Dezembro.

A deterioração das expectativas face à evolução da procura interna e externa, os elevados níveis de incerteza e as condições mais restritivas no acesso a financiamento levaram a uma nova queda do investimento (cerca de -6,0%, após a queda de -14,0% já verificada em 2009). A retracção das despesas de capital foi comum a todos os sectores – famílias, empresas e Administrações Públicas.

As exportações registaram um crescimento de aproximadamente 8,8%, após o recuo de -11,7% verificado no ano anterior. Para este desempenho contribuíram sobretudo, as exportações associadas à indústria transformadora que beneficiaram da recuperação da procura e da actividade industrial a nível global e em especial, nos principais parceiros comerciais de Portugal na Zona Euro (com destaque para a Alemanha, com um crescimento anual do PIB de 3,6%). As encomendas externas à indústria mantinham um forte crescimento na parte final do ano (perto de 50,0%, em termos nominais e homólogos).

O comportamento favorável das exportações e o progressivo ajustamento da procura interna (pressionando em baixa as importações) contribuíram para uma redução do défice externo. Em 2010, o saldo conjunto das balanças corrente e de capital, que reflecte as necessidades líquidas de financiamento externo da economia, reduziu-se de 9,4% para 8,5% do PIB.

2.1.3. Mercado Segurador

Depois de em 2009 a produção do sector segurador ter sofrido uma queda (-5,3%), o ano de 2010 voltou a ser de expansão da actividade seguradora. Os prémios emitidos ascenderam a 16 341 milhões de euros, o que representa uma taxa de crescimento de 12,6% em relação ao ano anterior.

Para esta evolução, foi fundamental o desempenho do segmento Vida. Com prémios de 12 173 milhões de euros e uma taxa de crescimento de 17,2%, o segmento Vida representa perto de 75% do total da produção

do sector. A expansão do segmento Vida, alcançada num quadro de grande instabilidade dos mercados financeiros, reflecte a atracção dos aforradores por produtos com reduzido risco de investimento. Os produtos de capitalização apresentaram um expressivo crescimento (23,3%) e, apesar das anunciadas limitações às respectivas deduções fiscais, os PPR continuaram a atrair investidores tendo as contribuições aumentado novamente em 2010 (+3,4%).

No segmento Não Vida, o volume de prémios atingiu 4 168 milhões de euros, crescendo 0,9% face a 2009, o que representa um progresso significativo face à tendência de contracção que predominou nos dois anos anteriores. Em 2010, destaca-se a expansão do ramo Saúde (+6,5%) reflectindo a continua preocupação com os acessos aos cuidados de saúde, e os ramos Multirriscos (+3,5%) e Responsabilidade Civil (+4,2%).

Com uma evolução negativa continua o ramo Acidentes de Trabalho (-4,1%), reflexo da conjuntura no mercado de trabalho.

Foi neste contexto que o ramo Automóvel começou a recuperar das fortes quebras registadas desde 2007 e apresenta em 2010 uma variação positiva, ainda que modesta (0,4%).

O peso da actividade seguradora no PIB cresceu de 8,87% em 2009 para 9,72% em 2010, o maior nível jamais alcançado no mercado Português. O segmento Vida representa 7,24% do PIB e o Não Vida representa 2,48% (6,35% e 2,53% em 2009, respectivamente).

De acordo com as contas provisórias do sector segurador, os resultados de exploração atingiram cerca de 420 milhões de euros em 2010, sendo o segmento Vida responsável por 390 milhões de euros beneficiando de uma prudente e eficaz política de gestão da carteira de investimentos que se estima já em cerca de 50 mil milhões de euros. O segmento Não Vida, pressionado pelas elevadas taxas de sinistralidade médias, manteve ainda um nível de rentabilidade modesto.

Em 2010, o mercado de seguro directo continuou a crescer de forma sustentada tendo registado um volume de prémios de 92,1 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 17,9% face a 2009, claramente acima do mercado como um todo. Este crescimento está alicerçado na mudança do comportamento dos consumidores, sobretudo nas zonas urbanas, onde os canais directos têm ganho peso face aos canais tradicionais, e está alinhado com as tendências sentidas nos principais mercados europeus e americano.

O crescimento verificado em 2010 está também ligado à contínua consolidação das seguradoras (e marcas) lançadas em 2008, com particular destaque para a LOGO. Estes factores fizeram com que a penetração do seguro directo no total do ramo Automóvel aumentasse em cerca de 0,8 pp, de aprox. 4,1% para aprox. 4,9%, em termos de prémios. Já considerando os dados disponíveis no BASEF, a nível dos particulares, a penetração é já de 9,0% (7,8% em 2009), com realce para a penetração na área da Grande Lisboa, que, de acordo com os mesmos dados, se situa em 19,0% (16,5% em 2009).

Em 2010, a LOGO destaca-se pela ascensão ao 2º lugar entre as seguradoras directas no ramo Automóvel (quer em termos de prémios, quer em termos de BASEF).

2.2 Factos Relevantes em 2010

2010 representa o fim do primeiro triénio de operação da LOGO, sendo o momento para avaliar o cumprimento dos objectivos traçados para o mesmo período aquando do lançamento da operação, i.e., obtenção de 100 000 clientes e de 20% de quota de mercado.

É de realçar que ambos os objectivos foram alcançados cerca de 6 meses antes do previsto tendo a LOGO terminado o ano de 2010 com 114 741 clientes e 21,9% de quota de mercado entre as seguradoras directas

(ramo automóvel). Foram assim, amplamente superados (em cerca de 15%) os objectivos estabelecidos no momento do lançamento da LOGO e que já por si eram ambiciosos.

Estes dados são ainda mais relevantes uma vez que, como referido anteriormente, permitiram à LOGO terminar 2010 como a segunda seguradora directa (em termos de prémios do ramo automóvel), ultrapassando assim uma das seguradoras incumbentes do mercado directo. Este facto é sem dúvida digno de realce, dado que a LOGO conseguiu alcançar em 3 anos o que outras companhias levaram mais de 13 anos a realizar.

Também os dados do BASEF de seguros demonstram que a LOGO já é a segunda seguradora directa em termos de “Top of Mind” e de “Notoriedade Espontânea” (além de quota de mercado em termos de particulares).

Todos estes factos atestam do sucesso da estratégia de negócio definida, assente numa linha de comunicação e marketing inovadora e diferenciadora (que obteve vários prémios nos últimos três anos) e pela excelência da implementação da estratégia definida, factor chave do sucesso.

De destacar ainda o peso da internet no total de clientes angariados, o qual superou significativamente o objectivo definido, demonstrando o grau de concretização da estratégia delineada e a vantagem competitiva adquirida face à concorrência.

2010 foi também o primeiro ano de comercialização do “LOGO Casa” (seguro multirrisco lançado em Dezembro de 2009), tendo servido como aprendizagem para um novo ramo. De notar que apesar do reduzido investimento realizado, a LOGO terminou 2010 com uma quota de mercado entre as seguradoras directas, superior a 25% neste ramo.

O ano ficou ainda marcado pela optimização dos processos e pelo afinamento de toda a operação, o que permitiu, não só melhorar a produtividade, como acima de tudo, melhorar ainda mais a qualidade de serviço prestado ao cliente. A comprovar isso mesmo, de referir, por exemplo, a melhoria nos tempos de gestão de sinistros, já de si extremamente reduzidos, o que constitui um factor chave na satisfação dos clientes.

Integrando o Grupo Espírito Santo (é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.), a LOGO insere-se na estratégia multi-especialista e multi-canal de abordagem ao mercado que o Grupo tem vindo a seguir nos últimos anos.

A LOGO terminou o ano de 2010 com o capital social de 20 milhões de euros.

2.3. Principais Variáveis e Indicadores de Actividade

(milhares de euros)			
Principais Variáveis	2010	2009	Var 10/09%
Balanço			
Investimentos	11 199	10 848	3,2
Activo líquido	27 016	20 277	33,2
Capital próprio	5 237	5 564	-5,9
Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	20 005	11 447	74,8
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	7 637	2 700	182,8
Custos com sinistros	16 493	7 850	110,1
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	9 287	3 369	175,7
Gastos de exploração líquidos	6 700	6 112	9,6
Rendimentos e ganhos líq. de activos disponíveis para venda	845	782	8,0
Resultado antes de Impostos	-7 981	-7 512	-6,2
Resultado líquido	-7 988	-7 517	-6,3
Indicadores (%)			
Taxa de sinistralidade *	95,9	88,8	7,1 p.p.
Gastos de exploração líquidos / Prémios brutos emitidos	33,5	53,4	-19,9 p.p.
Resultado líquido / Prémios brutos emitidos	-39,9	-65,7	25,8 p.p.
Taxa de cobertura da margem de solvência	102,7	130,3	-27,6 p.p.

* Taxa de sinistralidade = (custos com sinistros / prémios adquiridos).

2.4. A Actividade da LOGO em 2010

2.4.1. Prémios de Seguro Directo

O volume de prémios de seguro directo ascendeu em 2010 a 20 005 milhares de euros, o que significa um crescimento de 74,8% em relação a 2009 (i.e., aumento da produção em 8 558 milhares de euros de prémios brutos emitidos), num mercado de canal directo que evidencia um crescimento acumulado a Dezembro 2010 de 17,9%.

Em Dezembro de 2009, a LOGO arrancou com o novo ramo Multirrisco, que atingiu em Dezembro de 2010 a produção de 142,9 milhares de euros.

Face ao mercado de canal directo auto, a Companhia tem vindo a ganhar quota de mercado, atingindo uma quota de 21,7% em Dezembro 2010 (14,6% em Dezembro 2009, com 2 anos de actividade).

A evolução dos prémios está alinhada com o aumento da base de clientes, que aumentou 60% durante 2010 atingindo os 114 741 clientes a 31 de Dezembro de 2010 e ultrapassando o objectivo do *Business Plan* em 15%.

(milhares de euros)			
Prémios Brutos Emitidos	2010	2009	Var 10/09%
Incêndio e Outros Danos	143	1	12 715,1
Automóvel	17 879	10 447	71,1
Automóvel danos próprios	4 245	2 247	88,9
Automóvel responsabilidade civil	12 523	7 516	66,6
Automóvel ocupantes	1 112	684	62,5
Diversos	1 983	999	98,5
Assistência em viagem auto	1 983	999	98,5
Total	20 005	11 447	74,8

2.4.2. Custos com Sinistros de Seguro Directo

Os custos com sinistros apresentaram uma variação homóloga positiva em 8 643 milhares de euros (+110,1%), que se justifica essencialmente pelo aumento da carteira de prémios, sendo que no corrente ano os Prémios Adquiridos também apresentaram um aumento significativo de 8 357 milhares de euros (+94,6%).

A taxa de sinistralidade calculada através do rácio (custos com sinistros / prémios brutos adquiridos), situou-se em 95,9%.

(milhares de euros)			
Custos com Sinistros	2010	2009	Var 10/09%
Incêndio e Outros Danos	14	0	
Multirrisco	14	0	
Automóvel	16 479	7 850	109,9
Automóvel danos próprios	4 076	2 137	90,7
Automóvel responsabilidade civil	12 274	5 505	122,9
Automóvel ocupantes	130	208	-37,2
Diversos	0	0	
Total	16 493	7 850	110,1

2.4.3. Variação das Provisões Técnicas de Seguro Directo

A variação das provisões técnicas de seguro directo ascendeu a 2 527 milhares de euros, o que significa um decréscimo de 927 milhares de euros (-26,9%). Para tal contribuiu o decréscimo da variação da provisão para riscos em curso, função do aumento da carteira e maior estabilização da operação.

(milhares de euros)			
Provisões Técnicas	2010	2009	Var 10/09%
Provisão prémios não adquiridos	2 811	2 610	7,7
Custos aquisição diferidos	-562	-522	-7,7
Provisão riscos em curso	278	1 366	-79,6
Total	2 527	3 454	-26,9

2.4.4. Resseguro Cedido

Comparativamente a 2009, em 2010 o saldo de resseguro cedido, no valor de 131 milhares de euros, decresceu em 156 milhares de euros.

(milhares de euros)			
Resseguro Cedido	2010	2009	Var 10/09%
Incêndio e Outros Danos	-10	0	
Multirrisco	-10	0	
Automóvel	1 587	903	75,8
Automóvel danos próprios	541	498	8,6
Automóvel responsabilidade civil	1 383	531	160,7
Automóvel ocupantes	-336	-126	-166,6
Diversos	-1 446	-615	-135,1
Assistência em viagem auto	-1 446	-615	-135,1
Total	131	287	-54,3

2.4.5. Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro foi positivo em 1 524 milhares de euros (2009: 721 milhares de euros), resultado da evolução da receita acumulada, apesar do aumento dos custos com sinistros.

2.4.6. Gastos de Exploração

Os gastos de exploração líquidos, no montante de 6 700 milhares de euros, reflectiram essencialmente os custos incorridos com publicidade e comunicação, despesas de maior relevância numa seguradora directa nos seus primeiros anos de actividade, e que resultam da necessidade de investir no lançamento e consolidação de uma nova Marca.

(milhares de euros)			
Gastos de Exploração Líquidos	2010	2009	Var 10/09%
Custos de aquisição	7 876	7 035	12,0
Custos administrativos	1 306	1 020	28,0
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-2 482	-1 943	-27,7
Total	6 700	6 112	9,6

2.4.7. Investimentos

O ano de 2010 ficou marcado pela recuperação económica mundial, depois do forte abrandamento registado em 2009, com as economias emergentes a demonstrarem um maior dinamismo do que o das economias desenvolvidas. Em termos mundiais, o crescimento económico mundial em 2010 deverá rondar os 3,6%, com a China e a Índia a liderarem e os países periféricos europeus a registarem as piores performances entre as economias desenvolvidas.

Entre as economias desenvolvidas o destaque vai para as performances da economia americana e alemã. Nos EUA, o crescimento do PIB em 2010 estima-se em 2,9% registando uma recuperação assinalável face à queda de 2009 (-2,6% anual). Este comportamento foi justificado num primeiro momento pelo factor cíclico de reposição dos stocks e, numa fase posterior, pela recuperação do consumo doméstico e pela boa performance do sector exportador. Estima-se que a economia Alemã, a maior economia da Europa, tenha crescido 3,6% em 2010, o melhor registo das últimas duas décadas, impulsionada por um forte sector exportador e beneficiando da queda do euro e da recuperação económica dos seus parceiros comerciais, nomeadamente da Ásia.

O ano de 2010 ficou marcado pela crise da dívida soberana dos países periféricos europeus, nomeadamente da Grécia, Portugal, Irlanda, Espanha e, em menor escala, Itália e Bélgica. A Grécia foi a primeira vítima dos mercados financeiros ao ficar sem acesso a financiamento em mercado primário de emissão de obrigações, resultando em Maio numa ajuda financeira da EU/FMI no valor total de 110 mil milhões de euros até ao final de 2013. Posteriormente, foi criado o Fundo Europeu de Estabilização Financeira com o objectivo de financiar países da Zona Euro em dificuldade, no montante total de 750 mil milhões de euros (500 mil milhões de Euros por parte da EU e 250 mil milhões de Euros do FMI).

Este plano foi accionado pela primeira vez em Novembro pela Irlanda que obteve 85 mil milhões de Euros de ajuda financeira pelo prazo médio de 7 anos. Ao longo do ano, as *yields* da dívida pública portuguesa oscilaram fortemente tendo mesmo ultrapassado a barreira dos 7%, definida como limite para pedido de ajuda financeira, mas não colocando em causa a capacidade de financiamento do país no mercado de obrigações.

O Banco Central Europeu manteve a taxa de juro inalterada em 1% ao longo de 2010. Devido à crise soberana dos países periféricos, o BCE viu-se na contingência de manter as operações de cedência de liquidez por montantes ilimitados à banca e iniciar um programa de compra de obrigações soberanas, com o objectivo de normalizar e dar liquidez a este mercado. As taxas Euribor subiram ao longo do ano, aproximando-se da taxa de referência do BCE, devido à normalização do mercado interbancário e das condições de liquidez na banca europeia.

Os mercados accionistas apresentaram em 2010 maiores diferenças regionais, em termos de performance bolsistas, com as disparidades a estarem ligadas, mais do que é habitual, à nacionalidade das empresas. Os mercados periféricos europeus foram fortemente penalizados pela crise da dívida soberana tendo o índice PSI 20 descido 10% e o índice espanhol IBEX 35 cerca de 16%.

Por outro lado, a Alemanha registou uma performance bastante positiva (+16% em 2010) beneficiando de ter uma forte presença em sectores exportadores e industrial, que capturaram a forte procura dos mercados emergentes pelos seus bens e serviços. Os mercados emergentes (MSCI *Emerging Markets* +16,4% em 2010) e os EUA (S&P 500 +12,8% no ano) tiveram uma performance claramente acima da registada na Europa, impulsionados pelo maior crescimento económico e também pela elevada liquidez no mercado que beneficiou os activos de risco e estes mercados em particular.

No ano de 2010, a política financeira da LOGO centrou-se, essencialmente, na gestão do investimento em obrigações de taxa fixa e da liquidez. Face à dimensão da carteira de investimentos, não foi efectuado qualquer investimento sobre o mercado accionista, limitando desta forma o impacto da volatilidade registada nesta classe de activos nos últimos anos.

No segmento obrigacionista deu-se preferência à taxa fixa emitida em mercado primário, com maturidades curtas de 3/5 anos, e com o objectivo primordial de assegurar o *rating* médio do portfolio em A2/A. Os níveis de liquidez foram geridos, condicionados pelas necessidades de fundos da actividade operacional, de forma a aproveitar os elevados níveis de remuneração nos depósitos a prazo junto das principais instituições bancárias nacionais.

Os activos sob gestão apresentam no final do ano um crescimento 2,7 milhões de euros (+19,8%), resultado do reforço das Prestações Acessórias verificado durante o ano.

(milhares de euros)			
Activos Sob Gestão	2010	2009	Var 10/09%
Obrigações taxa fixa	11 199	10 848	3,2
Liquidez	5 300	2 925	81,2
Total	16 499	13 774	19,8

Ao nível dos resultados financeiros, a LOGO apresentou um crescimento homólogo de +63 milhares de euros em 2010 (+8,0%). Durante o ano, foram realizadas operações de reposicionamento da carteira de obrigações de taxa fixa, aproveitando as emissões em primário, o que permitiu o registo de valias realizadas, num total de +358 milhares de euros.

(milhares de euros)			
Resultado da Actividade Financeira	2010	2009	Var 10/09%
Activos financeiros disponíveis para venda	845	782	8,0
Total	845	782	8,0

A rentabilidade dos activos médios, na óptica do resultado financeiro, situou-se em 5,8%, o que compara com a taxa homóloga de 6,7%.

2.4.8. Capital Próprio e Margem de Solvência

Os Capitais Próprios foram penalizados no último trimestre do ano, pelo registo de menos-valias potenciais obtidas no segmento obrigacionista, consequência do aumento das taxas de juros de médio e longo prazo. No final do ano, a Reserva de Reavaliação, rubrica de ajustamentos no justo valor de activos financeiros, apresentava um valor de -1 045 milhares de euros.

O Resultado Líquido do Exercício de 2010 foi de -7 988 370 euros, resultado que se justifica pela continuação do forte investimento em publicidade, situação normal de uma empresa nos seus primeiros anos de actividade, assim como por um desvio na sinistralidade, que penalizou o crescimento verificado nos prémios.

Relativamente ao ano anterior, o capital em 2010 diminuiu 327 milhares de euros, totalizando 5 237 milhares de euros.

A margem de solvência a 31 de Dezembro de 2010 situou-se em 102,7% (130,3% em 2009).

(milhares de euros)			
Capital Próprio	2010	2009	Var 10/09%
Capital social	20 000	20 000	
Outros instrumentos de capital	12 400	3 900	217,9
Reservas de reavaliação	-1 045	97	-1 174,6
Reserva por impostos diferidos	277	-26	1 173,5
Resultados transitados	-18 407	-10 890	-69,0
Resultado líquido	-7 988	-7 517	-6,3
Total	5 237	5 564	-5,9

De referir que, os actuais níveis de capital da sociedade não dão cumprimento aos requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o nível de capital exigido para o exercício da actividade seguradora se encontrar ultrapassado pelos níveis do rácio de solvência mencionados.

2.4.9 Gestão de Risco, Controlo Interno e Compliance

Tendo subjacente o enquadramento facultado pela Directiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Novembro de 2009, relativa ao acesso à actividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (Solvência II), cuja transposição por parte dos Estados Membros deverá ocorrer até 31 de Outubro de 2012, *Consultation Papers* publicados pelo EIOPA e demais Regulamentação publicada, o Grupo Tranquilidade, no qual a LOGO se insere, prosseguiu, no decorrer do ano 2010, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro.

Nesse âmbito, foram assim desenvolvidas diversas acções das quais se destacam as seguintes:

- Implementação e desenvolvimento de ferramentas de cálculo de capital económico;
- Participação activa em grupos de trabalho do Instituto de Seguros de Portugal e da Associação Portuguesa de Seguradores sobre matérias referentes à evolução do projecto Solvência II;
- Realização do QIS 5 – Estudo de Impacto Quantitativo da aplicação das regras do Solvência II ao cálculo do Capital Económico das seguradoras, com posterior análise e discussão interna dos resultados em sede de Comité de Gestão de Risco Global;
- Revisão e actualização do sistema de controlo interno, com o respectivo mapeamento dos processos, riscos, controlos e oportunidades de melhoria identificadas;
- Sistematização e monitorização periódica do estado de implementação das recomendações delineadas e aprovadas no âmbito do sistema de controlo interno;
- Realização de questionários de *Stress Test* nos termos solicitados pelo Instituto de Seguros de Portugal à Companhia;
- Definição, formalização e monitorização de diversas políticas, destacando-se em concreto, para além de outras já existentes, a relativa à Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais ou ainda a relativa à política de risco de investimentos;
- Criação, de acordo com o definido na Política Anti-fraude, de mecanismos de participação anónima de situações potencialmente fraudulentas.

Em matéria de Solvência II foi ainda elaborado um plano de implementação do programa de Solvência II (*Roadmap*) com a identificação e calendarização das principais acções a desenvolver no decorrer dos próximos dois anos no Grupo Tranquilidade, tendo o mesmo sido comunicado ao Instituto de Seguros de Portugal.

2.5. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido da Companhia em 2010 foi negativo no montante de 7 988 370 euros que, nos termos da alínea b) do art. 376º do Código das Sociedades Comerciais, se propõe que seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

2.6. Objectivos para 2011

Após o primeiro triénio de actividade, cujo enfoque esteve centrado no crescimento da carteira com vista à obtenção de uma escala mínima, o próximo triénio será marcado pelo enfoque na rentabilização da operação, com vista à obtenção do *break-even* nos próximos anos.

Neste contexto, os objectivos para 2011 passam por consolidar o posicionamento de mercado alcançado nos três primeiros anos de actividade, ao mesmo tempo que se otimiza a operação aos vários níveis, nomeadamente, a nível do rácio de sinistralidade e a nível do rácio de despesa.

Em 2011 serão igualmente dados passos adicionais na diversificação da oferta, no sentido de continuar a posicionar a LOGO como a seguradora de referência no mercado directo junto do seu cliente alvo, disponibilizando aos seus clientes uma oferta integrada e inovadora de seguros.

Estes objectivos visam o cumprimento da missão da LOGO, i.e., (i) continuar a garantir a prestação de um serviço de excelência aos seus clientes, oferecendo-lhes uma proposta de valor baseada na simplicidade e facilidade, com poupança, e (ii) proporcionar aos accionistas um retorno de capital adequado.

2.7. Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento ao Accionista, face ao empenho e dedicação dos seus Colaboradores, bem como à imprescindível colaboração prestada pela Tranquilidade, no desenvolvimento da LOGO.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 15 de Março de 2011

O Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
(Presidente)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal)

António Miguel Natário Rio-Tinto
(Vogal)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
(Vogal)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal)



SZE TSUNG LEONG

b. 1970, American/British

"From the Horizons Series, Rio Tejo.", 2006

Prova por revelação cromogénea

60,96 x 111,76 cm • Edição: 2/5+2pa

Cortesia do Artista e Yossi Milo Gallery, New York

03 Demonstrações Financeiras



01 Órgãos Sociais
7



02 Relatório do Conselho de Administração
11



04 Demonstração do Rendimento Integral
25



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
29



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
33



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
37



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
63



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
73

03 Demonstrações Financeiras

Balanço (Activo) de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

(milhares de euros)

ACTIVO	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações / Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	82		82	165
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
Activos financeiros detidos para negociação					
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Derivados de cobertura					
Activos disponíveis para venda	6	11 199		11 199	10 848
Empréstimos e Contas a Receber		5 218		5 218	2 554
Depósitos junto de empresas cedentes					
Outros depósitos	6	5 218		5 218	2 300
Empréstimos concedidos					
Contas a receber					
Outros	6				254
Investimentos a deter até à maturidade					
Terrenos e Edifícios					
Terrenos e edifícios de uso próprio					
Terrenos e edifícios de rendimento					
Outros activos tangíveis	10	228	-81	147	166
Inventários					
<i>Goodwill</i>					
Outros activos intangíveis	12	2 590	-949	1 641	1 005
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido		6 636		6 636	4 741
Provisão para prémios não adquiridos	4	2 950		2 950	2 280
Provisão para sinistros	4	3 686		3 686	2 461
Provisão para participação nos resultados					
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo					
Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações		1 837	-70	1 767	795
Contas a receber por operações de seguro directo	13	356	-70	286	354
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	774		774	
Contas a receber por outras operações	13	707		707	441
Activos por Impostos		294		294	
Activos por impostos correntes	24	17		17	
Activos por impostos diferidos	24	277		277	
Acréscimos e diferimentos	13	32		32	3
Outros elementos do activo					
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Total Activo		28 116	-1 100	27 016	20 277

Relatório e Contas
LOGO
20

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O DIRECTOR-GERAL
José Pedro Barros Inácio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Balanço (Passivo) de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Exercício	Exercício Anterior
Passivo			
Provisões Técnicas		18 582	11 954
Provisão para prémios não adquiridos	4	6 037	3 788
Provisão para Sinistros		8 289	4 188
De vida			
De acidentes de trabalho			
De outros ramos	4	8 289	4 188
Provisão para participação nos resultados			
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade			
Provisão para riscos em curso	4	4 256	3 978
Outras provisões técnicas			
Outros Passivos Financeiros		308	
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores			
Outros	5	308	
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			
Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações		1 194	1 733
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	23	30
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	598	395
Contas a pagar por outras operações	13	573	1 308
Passivos por Impostos		426	356
Passivos por impostos correntes	24	426	330
Passivos por impostos diferidos	24		26
Acréscimos e diferimentos	13	1 269	670
Outras provisões			
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
Total Passivo		21 779	14 713
Capital Próprio			
Capital	25	20 000	20 000
(Acções próprias)			
Outros instrumentos de capital	25	12 400	3 900
Reservas de Reavaliação		-1 045	97
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	26	-1 045	97
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de activos intangíveis			
Por revalorização de outros activos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	277	-26
Outras reservas			
Resultados transitados		-18 407	-10 890
Resultado do exercício		-7 988	-7 517
Total Capital Próprio		5 237	5 564
Total Passivo e Capital Próprio		27 016	20 277

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Rui Manuel Paulo Dias

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO
Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O DIRECTOR-GERAL
José Pedro Barros Inácio

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Ganhos e Perdas de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro		7 637		7 637	2 700
Prémios brutos emitidos	14	20 005		20 005	11 447
Prémios de resseguro cedido	14	-10 227		-10 227	-7 021
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	-2 811		-2 811	-2 610
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	670		670	884
Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	4	9 287		9 287	3 369
Montantes pagos		6 428		6 428	1 993
Montantes brutos		12 409		12 409	5 399
Parte dos resseguradores		-5 981		-5 981	-3 406
Provisão para sinistros (variação)		2 859		2 859	1 376
Montante bruto		4 084		4 084	2 451
Parte dos resseguradores		-1 225		-1 225	-1 075
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	278		278	1 366
Participação nos resultados, líquida de resseguro					
Custos e Gastos de Exploração Líquidos	21	6 700		6 700	6 112
Custos de aquisição		8 438		8 438	7 557
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	-562		-562	-522
Gastos administrativos		1 306		1 306	1 020
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-2 482		-2 482	-1 943
Rendimentos	16	487		487	394
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		487		487	394
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros					
Gastos Financeiros	16	12		12	7
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		12		12	7
Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas		358		358	388
De activos disponíveis para venda	17	358		358	388
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
De outros					
Ganhos Líquidos de Activos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas					
Diferenças de câmbio					
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
Perdas de Imparidade (Líquidas Reversão)			75	75	-79
De activos disponíveis para venda					
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	13		75	75	-79
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-170		-170	-64
Outras provisões (variação)					
Outros rendimentos/gastos	20		-91	-91	3
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
Resultado Líquido antes de Impostos		-7 965	-16	-7 981	-7 512
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-7	-7	-5
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos					
Resultado Líquido do Exercício		-7 965	-23	-7 988	-7 517
Resultado por Acção (em euros)	27			-2,00	-1,88



LOGO[®]



DIONISIO GONZÁLEZ

b. 1965, Espanha

“Halong (nova Bella)”, 2008

Prova de silicone sobre metacrilato

175 x 350 cm • Edição 3/3

Cortesia Galeria Max Estrella

04 Demonstração do Rendimento Integral



01 Órgãos
Sociais
7



02 Relatório
do Conselho
de Administração
11



03 Demonstrações
Financeiras
19



05 Mapa
de Variação
de Capitais Próprios
29



06 Demonstração
de Fluxos de Caixa
33



07 Anexo às
Demonstrações Financeiras
37



08 Divulgação
das Políticas
de Remuneração
63



09 Certificação Legal das
Contas e Relatório e Parecer
do Conselho Fiscal
73

04 Demonstração do Rendimento Integral

Demonstração do Rendimento Integral de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

(milhares de euros)

	2010	2009
Resultado líquido do exercício	-7 988	-7 517
Variação de justo valor dos activos disponíveis para venda	-1 142	87
Variação dos impostos correntes e diferidos	303	-23
Total do Rendimento Integral	-8 827	-7 453

LOGO®



RITA MAGALHÃES

b. 1974, Portugal

"Enora" #3, 2010

Lumiject Print, 41 x 70 cm

63 x 92 • Edição 2/3

Cortesia da Artista e da galeria Pedro Oliveira, Porto

05 Mapa de Variação de Capitais Próprios



01 Órgãos Sociais
7



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
19



04 Demonstração do Rendimento Integral
25



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
33



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
37



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
63



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
73

05 Mapa de Variação de Capitais Próprios

Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

(milhares de euros)

	Capital Social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de Reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos	Outras Reservas		Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total
		Prestações Suplementares	Por Ajustamentos no Justo Valor de Activos Financeiros Disponíveis para Venda		Reserva Legal	Outras Reservas			
Balanço a 1 de Janeiro 2009	20 000	-	10	-3	-	-	-	-10 890	9 117
Aumentos/reduções de capital		3 900							3 900
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			87	-23					64
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							-10 890	10 890	-
Total das variações do capital próprio	-	3 900	87	-23	-	-	-10 890	10 890	3 964
Resultado líquido do período								-7 517	-7 517
Balanço a 31 de Dezembro 2009	20 000	3 900	97	-26	-	-	-10 890	-7 517	5 564
Aumentos/reduções de capital		8 500							8 500
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-1 142	303					-839
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							-7 517	7 517	-
Total das variações do capital próprio	-	8 500	-1 142	303	-	-	-7 517	7 517	7 661
Resultado líquido do período								-7 988	-7 988
Balanço a 31 de Dezembro 2010	20 000	12 400	-1 045	277	-	-	-18 407	-7 988	5 237

LOGO[®]



RITA MAGALHÃES

b. 1974, Portugal

"Enora" #4, 2010

Lumiject Print, 51 x 90 cm

73,5 x 111 - Edição 2/3

Cortesia da Artista e da galeria Pedro Oliveira, Porto

06 Demonstração de Fluxos de Caixa



01 Órgãos Sociais
7



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
19



04 Demonstração do Rendimento Integral
25



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
29



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
37



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
63



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
73

06 Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

(milhares de euros)

	2010	2009
Fluxos de Caixa de Actividades Operacionais	-4 263	-2 947
Resultado líquido do exercício	-7 988	-7 517
Depreciações e amortizações do exercício	435	365
Variação das provisões técnicas de seguro directo	6 628	5 919
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	-1 896	-1 959
Variação de empréstimos e contas a receber	254	-254
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	-973	-583
Variação de outros activos e passivos por impostos	-224	216
Variação de outros activos e passivos	40	352
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	-539	514
Fluxos de Caixa de Actividades de Investimento	-4 320	-1 442
Variação nos activos financeiros disponíveis para venda	-810	1 325
Juros	459	233
Variação em outros depósitos	-2 918	-2 300
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	-1 051	-700
Fluxos de Caixa de Actividades de Financiamento	8 500	3 900
Subscrição de capital/Prestações acessórias	8 500	3 900
Variação Líquida em Caixa e Equivalentes	-83	-489
Caixa e equivalentes no início do período	165	654
Caixa e equivalentes no fim do período	82	165

LOGO®



RITA MAGALHÃES

b. 1974, Portugal

"Enora" #5, 2010

Lumiject Print, 65 x 95 cm

87 x 117 • Edição 2/3

Cortesia da Artista e da galeria Pedro Oliveira, Porto

07 Anexo às Demonstrações Financeiras



01 Órgãos Sociais
7



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
19



04 Demonstração do Rendimento Integral
25



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
29



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
33



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
63



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
73

07 Anexo às Demonstrações Financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2010 e de 2009

Nota 1 – Informações Gerais

A Seguros LOGO, S.A. (adiante designada por LOGO ou Companhia) foi constituída em finais de 2007, é detida a 100% pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., e iniciou a actividade em 01 de Janeiro de 2008, tendo o lançamento comercial da operação sido efectuado a 14 de Janeiro do mesmo ano.

A Companhia tem sede social na Rua D. Manuel II, 290, no Porto, estando registada com o NIPC 508278600 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Porto sob o mesmo número.

Exerce a actividade de seguros em Portugal sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e mediante a autorização n.º 1175, de Novembro de 2007.

Desde o lançamento, em Janeiro de 2008, que a LOGO explora o ramo Automóvel, sendo que em Dezembro de 2009 iniciou a exploração do ramo Multirrisco.

A LOGO tem como objectivo explorar o segmento de canais directos (telefone e internet), actuando no mercado sem qualquer tipo de intermediários, através de uma proposta de valor assente na simplicidade, rapidez e inovação.

As Notas incluídas no presente anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

Nota 2 – Informação por Segmentos

Até ao momento, a LOGO explora os ramos de seguro Automóvel e Multirrisco, para os quais foi autorizada pelo ISP e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, para particulares, e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos de negócio objecto de relato são os das linhas de negócio para os quais a Companhia tem ao dispor dos seus clientes produtos e soluções, e estão, naturalmente, relacionados com o segmento Automóvel e Multirrisco.

A LOGO optou por ter produtos pré-definidos, que vão de encontro às necessidades dos clientes alvo identificados, simplificando fortemente o processo de escolha, disponibilizando neste momento quatro produtos para Automóveis (LOGO Light, LOGO Topping, LOGO Safe e LOGO Max), um produto para Motociclos (LOGO Moto) e um produto para Multirrisco, com possibilidade de protecção do imóvel e/ou recheio (LOGO Casa).

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, segmentada pelas linhas de negócio mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)				
2010	Total Não Vida	IOD	Automóvel	Diversos
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	20 005	143	17 879	1 983
Prémios de resseguro cedido	-10 227	-10	-8 433	-1 784
Prémios brutos adquiridos	17 194	54	15 504	1 636
Resultado dos investimentos	833	4	790	39
Custos com sinistros brutos	16 493	14	16 479	-
Custos de exploração brutos	9 182	145	8 360	677
Resultado técnico	-7 965	-111	-7 405	-449
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas	22 419	100	21 284	1 035
Provisões técnicas	18 582	83	17 641	858

(milhares de euros)				
2009	Total Não Vida	IOD	Automóvel	Diversos
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	11 447	1	10 447	999
Prémios de resseguro cedido	-7 021	-	-6 189	-832
Prémios brutos adquiridos	8 837	-	8 094	743
Resultado dos investimentos	775	-	760	15
Custos com sinistros brutos	7 850	-	7 850	-
Custos de exploração brutos	8 055	34	7 450	571
Resultado Técnico	-7 436	-33	-6 884	-519
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas	12 782	1	12 161	620
Provisões técnicas	11 954	1	11 375	578

Nota 3 – Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da LOGO agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro e n.º 22/2010-R de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Em 2010, a LOGO adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2010. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 37. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, e tal como descrito na Nota 37, a LOGO adoptou, na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010.

As políticas contabilísticas utilizadas pela LOGO na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta Nota, foram adaptadas em conformidade. As novas normas e interpretações adoptadas em 2010 tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a LOGO ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na Nota 37.

As políticas contabilísticas abaixo descritas foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente activos financeiros disponíveis para venda. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 15 de Março de 2011.

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

Activos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os activos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

Tipo de Activos	Número de Anos
Equipamento informático	3
Mobiliário e material	8
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	5 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, normalmente 3 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

No decurso da sua actividade, a LOGO cede negócio. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar de empresas de seguro e de resseguro, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro cedido.

Benefícios aos empregados

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

Reporte por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Companhia controla a sua actividade através dos segmentos operacionais principais referidos na Nota 2.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada de valores de mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, e (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas.

As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Nota 4 – Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Prestação de Informação que Permita Identificar e Explicar as Quantias Indicadas nas Demonstrações Financeiras Resultantes de Contratos de Seguro

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente. A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método pro-rata temporis a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício.

Esta provisão é determinada a partir da análise dos sinistros pendentes no final de cada exercício e da consequente estimativa da

responsabilidade existente nessa data, e por uma análise actuarial tendo em conta as características específicas do negócio, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro directo ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de provisões técnicas de seguro directo e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

Balanço	(milhares de euros)					
	2010			2009		
Ramos / Grupos de Ramos	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	90	18	72	1	-	1
Automóvel	6 666	1 333	5 333	4 292	858	3 434
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	790	158	632	442	89	353
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	7 546	1 509	6 037	4 735	947	3 788

A variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de Prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de Custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)						
Ganhos e Perdas	2010			2009		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Ramos / Grupos de Ramos						
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	89	18	71	1	-	1
Automóvel	2 374	475	1 899	2 353	470	1 883
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	348	69	279	256	52	204
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	2 811	562	2 249	2 610	522	2 088

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)				
Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2010	2009	2010	2009
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	2 240	1 908	332	667
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	710	372	338	217
Diversos	-	-	-	-
Total	2 950	2 280	670	884

A provisão para sinistros de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)				
Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2010	2009	2010	2009
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	11	-	11	-
Automóvel	8 278	4 188	4 073	2 451
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	8 289	4 188	4 084	2 451

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1 471 milhares de euros (2009: 846 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2010 e ainda não reportados (IBNR) e inclui ainda uma estimativa no montante de

413 milhares de euros (2009: 163 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

(milhares de euros)				
Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2009	Sinistros(*) Pagos em 2010	Provisão para Sinistros(*) em 31.12.2010	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
	(1)	(2)	(3)	
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade civil	3 270	2 387	1 595	712
Outras coberturas	918	805	176	63
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	4 188	3 192	1 771	775

(*) Sinistros ocorridos no ano 2009 e anteriores.

No ramo Automóvel os reajustamentos resultam de um sinistro ocorrido em 2008, com alguma gravidade, mas cujo impacto é mitigado pelo efeito do resseguro. Os restantes reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

A provisão para sinistros de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)				
Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2010	2009	2010	2009
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	3 686	2 461	1 225	1 075
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	3 686	2 461	1 225	1 075

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 670 milhares de euros (2009: 512 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2010 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros 2010 é analisada como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)			
	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	2	1	11	14
Automóvel				
Responsabilidade civil	8 356	291	3 626	12 273
Outras coberturas	3 643	116	447	4 206
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	12 001	408	4 084	16 493
Resseguro Aceite	-	-	-	-
Total Geral	12 001	408	4 084	16 493

A discriminação dos custos com sinistros 2009 é analisada como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)			
	Montantes Pagos - Prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel				
Responsabilidade civil	3 321	209	1 975	5 505
Outras coberturas	1 788	81	476	2 345
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	5 109	290	2 451	7 850
Resseguro Aceite	-	-	-	-
Total Geral	5 109	290	2 451	7 850

A provisão para riscos em curso reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas são analisadas como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)			
	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2010	2009	2010	2009
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	4 030	3 753	277	1 277
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	226	225	1	89
Diversos	-	-	-	-
Total	4 256	3 978	278	1 366

Os valores de Outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à variação da provisão para riscos em curso de seguro directo.

O cálculo da Provisão para riscos em curso foi alvo de um procedimento extraordinário, solicitado pela Companhia, e devidamente aprovado pelo ISP no âmbito da Norma nº 4/1998 de 16 de Março, através do qual se teve em consideração o carácter especial e particular de um início de uma operação, originando uma necessidade de constituição de provisão menor.

Para tal, foram considerados determinados ajustamentos, em particular, no que respeita às despesas operacionais e de aquisição, que continuam a apresentar em 2010 valores relativamente elevados em termos proporcionais aos prémios, e que em nada representam os níveis recorrentes associados a uma operação em curso normal.

Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros do ramo Não-Vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais actividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de competências definida formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários e emitem pareceres técnicos e que emitem as apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respectivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de excepção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efectuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efectivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro directo com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, comparando os custos efectivos com estimativas anteriores é como segue:

	(milhares de euros)		
	2008	2009	2010
Provisão para sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos.	1 723	4 172	8 246
Pagamentos acumulados			
Um ano depois	1 004	3 192	
Dois anos depois	1 074		
Estimativa final de custos com sinistros			
Um ano depois	1 629	4 963	
Dois anos depois	1 842		
Excedente / (défice) acumulado	-119	-791	

A LOGO pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais. O programa de resseguro em 2010, é constituído para o ramo de Automóvel por um tratado em Quota Parte e por três tratados em Excedente de Sinistro, para o ramo de Assistência por um tratado em Quota Parte e para o ramo Multirrisco por três tratados em Excedente de Sinistro, conforme o quadro seguinte:

Ramos	Tipo de Resseguro
Automóvel (Responsabilidade Civil e Ocupantes)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (Danos Próprios)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (Responsabilidade Civil, Danos Próprios e Ocupantes)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (Responsabilidade Civil, Danos Próprios e Ocupantes)	Quota parte
Assistência	Quota parte
Multirrisco	Excesso de perdas (XL)

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2010	2009
Custos com sinistros	Aumento de 10% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-1 494	-623
	Despesas		
	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-960	-860

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado está normalmente associado ao risco de perda ou à ocorrência de alterações adversas na situação financeira da Companhia e resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros, estando também fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Neste, incluem-se ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados, bem como o risco cambial, o risco de acções, o risco imobiliário, o risco de taxa de juro, o risco de spread e o risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adoptadas pela LOGO, devidamente formalizadas em documento próprio, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pelo Conselho de Administração;
- Validar, numa perspectiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pelo Conselho de Administração;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respectivas tolerâncias definidos pelo Conselho de Administração;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de activos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, controlo interno e *compliance*. Neste âmbito são também monitorizados os diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de acção para mitigação dos mesmos ao Conselho de Administração, quando tal se justificar.

Em 2010 a política de investimento, da responsabilidade do Comité Financeiro, foi estreitamente articulada com o Comité de Gestão de Risco Global, que definiu a política de risco para os investimentos.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro, pelo que dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

Risco de acções

O risco de acções decorre da volatilidade dos preços de mercado das acções e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração. Dadas as características da carteira da LOGO, não existe exposição a este risco.

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário, porém dado que a LOGO não detém quaisquer imóveis como sua propriedade, não existe exposição a este risco.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro verifica-se em relação a todos os activos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, encontra-se sobretudo nos títulos de rendimento fixo. Na LOGO não existem passivos sensíveis a este risco.

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2010	2009
Taxa de juro	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Efeito nos activos	-456	-373

Risco de spread

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos spreads de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. A carteira de títulos de rendimento fixo detida pela LOGO é composta sobretudo por títulos de emitentes com rating igual ou superior a “BBB” – apenas 3% dos títulos são de emitentes de rating “BB”.

					(milhares de euros)	
Rating	2010		2009			
	%	Valor	%	Valor		
AAA	4%	480	8%	901		
AA	33%	3 712	17%	1 836		
A	37%	4 129	35%	3 812		
BBB	23%	2 521	35%	3 784		
BB	3%	357	5%	515		
B	0%	0	0%	0		
CCC	0%	0	0%	0		
Unrated	0%	0	0%	0		
Total	100%	11 199	100%	10 848		

Estes valores não incluem depósitos, por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

							(milhares de euros)		
Sector de Actividade	Activos Financeiros Disponíveis para Venda								
	2010			2009					
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade			
Recursos básicos	0%	0	0	0%	0	0			
Comunicações	6%	730	0	11%	1 202	0			
Bens consumíveis (cíclico)	0%	0	0	0%	0	0			
Bens consumíveis (não-cíclico)	8%	943	0	0%	0	0			
Energia	0%	0	0	3%	366	0			
Financeiro	43%	4 827	0	43%	4 675	0			
Fundos	0%	0	0	0%	0	0			
Dívida pública	25%	2 763	0	16%	1 666	0			
Industrial	2%	197	0	22%	2 417	0			
Medicina	0%	0	0	0%	0	0			
Tecnologia	0%	0	0	0%	0	0			
Serviços públicos / colectivos	16%	1 739	0	0%	0	0			
Outros	0%	0	0	5%	522	0			
Total	100%	11 199	0	100%	10 848	0			

Estes valores não incluem depósitos, por se entenderem fora do âmbito de análise para o risco em causa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Durante o ano de 2010, no âmbito do Comité de Gestão de Risco Global foram definidos procedimentos adicionais para mitigação deste risco. Como procedimento habitual, a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

A análise de maturidade dos activos e passivos financeiros, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

								(milhares de euros)	
2010	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	>5 Anos	Sem Maturidade	Total		
Activos financeiros	-	5 301	692	5 203	5 303	1 767	18 266		
Passivos financeiros	-	550	-	-	-	952	1 502		
Líquido	-	4 751	692	5 203	5 303	815	16 764		

								(milhares de euros)	
2009	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	>5 Anos	Sem Maturidade	Total		
Activos financeiros	-	2 465	712	7 225	2 911	1 049	14 362		
Passivos financeiros	-	1 243	-	-	-	490	1 733		
Líquido	-	1 222	712	7 225	2 911	559	12 629		

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de spread.

Como procedimento, é sistematicamente monitorizada a evolução dos montantes e a antiguidade dos prémios em dívida.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de rating, e existe um acompanhamento regular da evolução dos ratings das entidades em carteira.

Risco operacional e risco reputacional

Corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da actividade diária da Companhia, podendo subdividir-se nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Actividades ilícitas efectuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;
- Eventos externos que causem danos nos activos físicos;
- Interrupção da actividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

Como principais medidas de mitigação existentes na LOGO face aos riscos atrás identificados, destacamos os seguintes:

- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às instalações;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de política de gestão de recursos humanos;
- Existência de programas de treino e formação que abranjam a reciclagem de conhecimentos;
- Formação e treino dos colaboradores que interagem directamente com os clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respectivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das actividades e funções de negócio críticas, incluindo as desempenhadas por entidades subcontratadas.

Adicionalmente, também integrado no risco operacional, encontra-se o risco legal. O conceito de risco legal engloba, entre outros, a exposição a coimas ou outras penalidades que resultem de acções de supervisão, assim como outro tipo de compensações.

Como principais medidas implementadas na LOGO para mitigação do risco legal, para além de algumas já atrás referenciadas, destacamos as seguintes:

- Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda a Companhia, em matéria de prevenção da fraude, recursos humanos, outsourcing, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;

- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a LOGO se encontra sujeita.

Num âmbito mais específico, destaca-se ainda a existência de procedimentos formais no âmbito do processo da gestão de sinistros, nomeadamente na regularização dos mesmos, de forma a garantir o cumprimento do enquadramento legal em vigor.

No que concerne ao risco reputacional, o mesmo é definido como o risco de a empresa de seguros incorrer em perdas resultantes da deterioração da sua reputação ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionistas ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.

Por norma, o risco reputacional pode resultar de situações tais como:

- Eventuais falhas por parte de entidades prestadoras de serviços;
- Falhas ou dificuldades ocorridas durante o processo de gestão de sinistros, podendo originar a deterioração da relação entre a empresa de seguros e os tomadores de seguro, beneficiários ou terceiros lesados;
- Falhas associadas ao processo de subscrição, com impacto na relação com os clientes em todo o ciclo de negócio existente.

Neste sentido, das principais medidas que a LOGO apresenta para fazer face ao risco reputacional, destacam-se as seguintes:

- Existência de código de conduta implementado e divulgado;
- Existência de procedimentos formais no âmbito da gestão de reclamações;
- Existência de base de dados de contratos de maior valor celebrados com entidades externas.

Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo Interno pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Sistema de Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e compliance.

Neste sentido, os riscos associados ao Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um grau de granularidade superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adoptada compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem consubstanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos controlos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- Um primeiro nível representado pelas diferentes Direcções da LOGO (Unidades Operacionais), as quais assumem a função de áreas

responsáveis pela operacionalização de gestão de riscos e respectivos controlos;

- Um segundo nível representado pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno que detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e *compliance*.
- Um terceiro nível representado pela Direcção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, às quais cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras directas ou indirectas.

O Sistema de Controlo Interno na LOGO encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP n.º 14/2005-R, de 29 de Novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Adicionalmente, a LOGO dispõe de um registo de perdas operacionais, centralizada na Direcção de Risco Global e Controlo Interno, na qual são registadas as perdas mais relevantes detectadas, permitindo desta forma a existência de mais uma forma de monitorização do risco operacional e a possibilidade de serem tomadas medidas correctivas ou definidos novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de ocorrência de novos incidentes similares no futuro.

Neste âmbito, a Companhia encontra-se de momento a analisar a hipótese de aquisição de uma ferramenta com maior potencial, com um grau superior de automatização e que permita o acesso a todas as áreas da Companhia, de acordo com a definição de perfis existente.

Solvência

A LOGO monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar n.º6/2007-R de 27 de Abril, do ISP e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Elementos Constitutivos do Fundo de Garantia	3 596	4 559
Margem de Solvência a Constituir	3 500	3 500
Resultado na óptica dos prémios	1 781	1 019
Resultado na óptica dos sinistros	1 159	667
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	3 500	313
Fundo de Garantia mínimo legal	3 500	3 500
Excesso/Insuficiência da Margem de Solvência	96	1 059
Taxa de Cobertura da Margem de Solvência	103%	130%

Adequação dos Prémios e das Provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela Companhia, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de Actividade

Os principais rácios de actividade, brutos de resseguro, apresentam os valores abaixo, sendo que os mesmos se encontram condicionados pelo facto de se tratar apenas do terceiro ano de actividade da empresa e dos efeitos naturais que daí resultam, reflectindo, no entanto, a evolução esperada do segundo para o terceiro ano:

	(%)	
	2010	2009
Rácio de sinistralidade ^{a)}	98,5%	105,0%
Rácio de aquisição ^{b)}	39,4%	61,5%
Rácio administrativo ^{c)}	6,5%	8,9%
Rácio Combinado	144,4%	175,4%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proveitos técnicos) / Prémios adquiridos.

b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Prémios brutos emitidos.

c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / Prémios brutos emitidos.

Montantes Recuperáveis de Sinistros

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efectuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Contas a receber	33	16
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-	-
Total Líquido	33	16

Nota 5 - Outros Passivos Financeiros

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Outros passivos financeiros		
Outros	308	-
Valor de Balanço	308	-

Os valores registados em 2010 dizem respeito a saldos bancários credores que se verificam, fruto de uma gestão financeira optimizada, tendo em atenção valores que se encontram emitidos de meios de pagamento mas ainda não descontados.

Nota 6 – Instrumentos Financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Activos financeiros disponíveis para venda	11 199	10 848
Investimentos em filiais e associadas	-	-
Depósitos a prazo	5 218	2 300
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Total Participações e Instrumentos Financeiros	16 417	13 148

Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2 763	916
De outros emissores	8 436	9 932
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de Balanço	11 199	10 848

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

	(milhares de euros)			
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	913	3	-	916
De outros emissores	9 838	94	-	9 932
Acções	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	10 751	97	-	10 848
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
De emissores públicos	3 154	-391	-	2 763
De outros emissores	9 090	-654	-	8 436
Acções	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	12 244	-1 045	-	11 199

Outros Activos Financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a Companhia tem ainda registado, em 31 de Dezembro de 2009, 254 milhares de euros referentes a operações por regularizar.

Justo Valor de Activos e Passivos Financeiros Registados ao Custo Amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

	(milhares de euros)			
	2010		2009	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	82	82	165	165
Empréstimos e contas a receber	5 218	5 218	2 554	2 554
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 767	1 767	795	795
Activos Financeiros ao Custo Amortizado	7 067	7 067	3 514	3 514
Outros passivos financeiros	308	308	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	1 194	1 194	1 733	1 733
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	1 502	1 502	1 733	1 733

Tendo em conta que estes activos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

Metodologias de Valorização

O valor dos instrumentos financeiros estratificado pelo método utilizado de valorização, de acordo com os níveis prescritos no IFRS7 é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
2010	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Total
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	11 199	-	-	-	11 199
Total	11 199	-	-	-	11 199
2009	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Total
Títulos e unidades de participação	-	-	-	-	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	-	-	-	-	-
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	10 848	-	-	-	10 848
Total	10 848	-	-	-	10 848

Os níveis representam a seguinte descrição:

Nível 1:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.

Nível 2:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.

Nível 3:

Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

Nível 4:

Instrumentos financeiros valorizados a custo de aquisição.

Nota 8 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Caixa	-	-
Depósitos em Instituições de crédito	82	165
Total	82	165

Nota 10 - Outros Activos Fixos Tangíveis e Inventários

A Companhia possui activos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Equipamento	228	211
Equipamento administrativo	187	172
Máquinas e ferramentas	3	3
Equipamento Informático	38	36
Instalações interiores	-	-
Imobilizado em Curso	-	-
Amortizações Acumuladas	-81	-45
Imparidades	-	-
Total	147	166

Os movimentos ocorridos nesta rubrica são analisados como segue:

(milhares de euros)			
	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2009	67	-	67
Adições	133	-	133
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-34	-	-34
Abates/Vendas	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	166	-	166
Adições	17	-	17
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	-36	-	-36
Abates/Vendas	-	-	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	147	-	147

Nota 11 - Afectação dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os activos afectos e não afectos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

(milhares de euros)			
2010	Seguros Não vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	82	-	82
Terrenos e edifícios	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	11 199	-	11 199
Empréstimos concedidos e contas a receber	5 218	-	5 218
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	147	147
Outros activos	-	10 370	10 370
Total	16 499	10 517	27 016

(milhares de euros)			
2009	Seguros Não vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	165	-	165
Terrenos e edifícios	-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	10 848	-	10 848
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 554	-	2 554
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	166	166
Outros activos	-	6 544	6 544
Total	13 567	6 710	20 277

Nota 12 – Activos Intangíveis

Todos os activos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de activos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e 3 anos para o *software*, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O saldo das rubricas de Outros intangíveis é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Outros Intangíveis	2 590	1 555
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	1 671	1 336
Software	160	160
Intangíveis em curso	759	59
Amortizações Acumuladas	-949	-550
Imparidades	-	-
Total	1 641	1 005

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)			
	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2009	662	107	-	769
Adições	468	-	99	567
Amortizações do exercício	-278	-53	-	-331
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	40	-	-40	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	892	54	59	1 005
Adições	105	-	930	1 035
Amortizações do exercício	-345	-54	-	-399
Imparidades	-	-	-	-
Transferências	230	-	-230	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2010	882	-	759	1 641

As amortizações de activos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Amortizações do Exercício de Activos Intangíveis	399	331
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	20	20
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	263	218
Gastos administrativos	116	93
Gastos financeiros		
Outros	-	-

Nota 13 – Outros Activos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

Activos e Ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Activo Bruto	356	499
Tomadores de seguro		
- recibos por cobrar	323	483
- reembolsos de sinistros	33	16
Ajustamentos	-70	-145
Recibos por cobrar	-70	-145
Activo Líquido	286	354

O movimento ocorrido relativo aos ajustamentos em Contas a receber e reflectido nas Perdas de imparidade – Outros, da conta de ganhos e perdas, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Ajustamento de Recibos por Cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	145	66
Dotações do exercício	-	79
Utilizações do exercício	-75	-
Saldo em 31 de Dezembro	70	145

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações de resseguro é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Resseguradores	774	-
Ressegurados	-	-
Total	774	-

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2010	2009
Activo Bruto	707	441
Gestão por conta IDS e Representadas	642	300
APS	36	-
Adiantamentos a fornecedores	-	112
Outros valores a receber	29	29
Activo Líquido	707	441

O saldo do activo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Gastos Diferidos	32	3
- Seguros	32	3
Total	32	3

Passivos e Provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro directo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	23	30
Mediadores de seguro	-	-
- Comissões a pagar	-	-
- Contas correntes	-	-
Co-seguradoras	-	-
Total	23	30

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Resseguradores	598	395
Ressegurados	-	-
Total	598	395

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Entidades relacionadas	380	236
Outros fornecedores de bens e serviços	170	1 007
Outros valores a pagar	23	65
Total	573	1 308

O saldo do Passivo de acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Acréscimo de Custos	1 269	670
- Custos c/ pessoal (subsídios, encargos e bónus)	195	210
- Fornecimentos e serviços externos	1 074	459
Total	1 269	670

Nota 14 - Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro directo, são analisados como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)					
	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	143	1	89	1	54	-
Automóvel	17 879	10 447	2 375	2 353	15 504	8 094
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	1 983	999	347	256	1 636	743
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	20 005	11 447	2 811	2 610	17 194	8 837

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)					
	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	10	-	-	-	10	-
Automóvel	8 433	6 189	332	667	8 101	5 522
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	1 784	832	338	217	1 446	615
Diversos	-	-	-	-	-	-
Total	10 227	7 021	670	884	9 557	6 137

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida de 2010, conforme formato requerido pelo ISP, é analisado como segue:

Ramos / Grupos de Ramos	(milhares de euros)				
	Prémios Brutos Emitidos	Prémios Brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	-	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	143	54	14	145	-10
Automóvel	-	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	12 523	10 956	12 273	5 744	1 383
- Outras coberturas	5 356	4 548	4 206	2 616	204
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	1 983	1 636	-	677	-1 446
Diversos	-	-	-	-	-
Total	20 005	17 194	16 493	9 182	131
Resseguro aceite	-	-	-	-	-
Total Geral	20 005	17 194	16 493	9 182	131

Nota 16 - Rendimentos/Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Juros	487	394
Activos financeiros disponíveis para venda	458	377
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Depósitos, empréstimos e outros activos	29	17
Total	487	394

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de activo é como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	100	39
De outros emissores	358	338
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Depósitos	29	17
Empréstimos e outros activos	-	-
Total	487	394

O saldo da rubrica de Gastos financeiros é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Custos imputados à função investimentos	12	7
Total	12	7

Nota 17 - Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de activos e passivos financeiros e não financeiros, segregadas pelas respectivas categorias são como segue:

	(milhares de euros)					
	2010			2009		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao Justo Valor						
Através de Resultados	361	-3	358	390	-2	388
Activos financeiros disponíveis para venda	361	-3	358	390	-2	388
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-
Total	361	-3	358	390	-2	388

Nota 20 - Outros Rendimentos e Gastos

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Outros Rendimentos Técnicos	705	311
Gestão por conta de sinistros	705	311
Outros Gastos Técnicos	875	375
Gestão por conta de sinistros	875	375
Valor do Ganhos e Perdas	-170	-64

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/ gastos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Outros Rendimentos Não Técnicos	12	22
Correcções e acertos	3	22
Outros ganhos	9	-
Outros Gastos Não Técnicos	103	19
Donativos	8	-
Correcções e acertos	89	4
Outros gastos	-	11
Serviços bancários e juros de mora	6	4
Valor do Ganhos e Perdas	-91	3

Nota 21 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da seguradora, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos;
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição;
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos administrativos;
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros.

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afectas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

(milhares de euros / %)										
2010	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	134	15%	577	64%	185	21%	-	0%	896	100%
Fornecimentos e serviços externos	251	3%	7 575	88%	774	9%	3	0%	8 603	100%
Impostos	-	0%	-	0%	222	100%	-	0%	222	100%
Amortizações	23	5%	286	66%	125	29%	1	0%	435	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	8	100%	8	100%
Total	408	4%	8 438	83%	1 306	13%	12	0%	10 164	100%

(milhares de euros / %)										
2009	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	113	13%	515	60%	231	27%	-	0%	859	100%
Fornecimentos e serviços externos	157	2%	6 799	90%	558	7%	2	0%	7 516	100%
Impostos	-	0%	-	0%	129	100%	-	0%	129	100%
Amortizações	20	5%	243	67%	102	28%	-	0%	365	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%	-	0%
Outros custos	-	0%	-	0%	-	0%	5	100%	5	100%
Total	290	3%	7 557	85%	1 020	11%	7	0%	8 874	100%

Os montantes dos Custos com pessoal são analisados na Nota 22.

Os montantes dos Fornecimentos e Serviços Externos são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Electricidade, água e comunicações	360	131
Despesas de deslocação e representação	33	15
Rendas a alugueres	106	284
Manutenção de equipamento	157	46
Cobrança de prémios	187	107
Publicidade, <i>outsourcing</i> , consultadorias e trabalhos especializados	7 593	6 758
Outros serviços e fornecimentos diversos	167	175
Total	8 603	7 516

Os montantes dos Impostos e taxas são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Imposto de selo	1	-
Taxa para o ISP	49	28
Taxa para o Governos Civis	165	98
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	7	3
Total	222	129

Os montantes das Amortizações são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	345	278
Software	54	53
Equipamento informático	12	12
Equipamento administrativo e máquinas	24	22
Total	435	365

Os montantes de Outros Custos, em 2010 e 2009, são referentes a comissões de gestão de carteira de investimentos.

A rubrica de ganhos e perdas de Custos e Gastos de Exploração Líquida é decomposta como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Custos de aquisição		
Remunerações de mediação	-	-
Custos imputados	8 438	7 557
Outros custos de aquisição	-	-
Custos de aquisição diferidos (variação)	-562	-522
Gastos administrativos		
Remunerações de mediação	-	-
Custos imputados	1 306	1 020
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-2 482	-1 943
Total	6 700	6 112

Nota 22 - Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Direcção-Geral	1	1
Direcção	1	2
Chefias	2	1
Quadro técnico	5	6
Total	9	10

O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Remunerações - Órgãos sociais	51	-
Remunerações - Pessoal	665	690
Encargos sobre remunerações - Órgãos Sociais	5	-
Encargos sobre remunerações - Pessoal	133	131
Seguros obrigatórios	8	8
Gastos de acção social	10	25
Formação	23	4
Outros gastos com pessoal	1	1
Total	896	859

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não existiam créditos concedidos pela companhia aos membros dos órgãos sociais.

As políticas de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e dos "Colaboradores com funções-chave" são apresentadas

na Divulgação das Políticas de Remuneração, no final do presente Relatório e Contas.

Os honorários facturados durante o exercício de 2010 pelo Revisor Oficial de Contas, no âmbito dos serviços de revisão legal de contas perfizeram o montante de 8,4 milhares de euros.

Nota 24 – Imposto sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

A Companhia apresentou resultados fiscais negativos nos exercícios de 2008 a 2010, pelo que não houve lugar a apuramento de imposto corrente e derrama. De igual forma, e por prudência, também não foi calculado imposto diferido activo sobre estes valores de reporte fiscal, tendo em atenção as estimativas de recuperabilidade dentro do prazo fiscal permitido para o efeito referente a cada ano, conforme segue:

(milhares de euros)

Exercício	Reporte Inicial	Reporte Utilizado	Reporte por Utilizar	Último Ano para Utilização
2008	10 905	-	10 905	2014
2009	7 548	-	7 548	2015
2010	7 924	-	7 924	2014
	26 377	-	26 377	

A Companhia não foi ainda objecto de qualquer inspecção pela DGI, estando sujeita a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2010 e 2009 explica-se como segue:

(milhares de euros)

	2010		2009	
	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	17	-	-	5
Retenção de imposto na fonte	-	11	-	10
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-	-	-
Outros impostos e taxas	-	402	-	304
Contribuições para a segurança social	-	13	-	11
Tributos das autarquias locais	-	-	-	-
Total	17	426	-	330

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2010 e 2009 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

Rubricas	Activo		Passivo		Líquido	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Títulos	277	-	-	-26	277	-26
Total	277	-	-	-26	277	-26

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2010 e 2009 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)

2010	Reserva de Justo Valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-	-7	-7
Estimativa de IRC	-	-	-	-
Imposto autónomo	-	-	-7	-7
Imposto Diferido	303	-	-	303
Títulos	303	-	-	303
Total	303	-	-7	296

(milhares de euros)

2009	Reserva de Justo Valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
Imposto Corrente	-	-	-5	-5
Estimativa de IRC	-	-	-	-
Imposto autónomo	-	-	-5	-5
Imposto Diferido	-23	-	-	-23
Títulos	-23	-	-	-23
Total	-23	-	-5	-28

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2010	2009
Resultado antes de impostos	-7 981	-7 512
Taxa de imposto	29,0%	26,5%
Imposto Apurado com Base na Taxa Oficial	2 314	1 991
Reporte de prejuízos fiscais gerados no exercício não considerados	-2 314	-1 991
Imposto Autónomo	-7	-5
Imposto Corrente + Diferido	-7	-5

Nota 25 – Capital

O capital da LOGO, de 20 milhões de euros representado por 4 milhões de acções de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado. A Companhia tem como accionista único a Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. que realizou o capital no valor de 7,5 milhões de euros em 2007 e 12,5 milhões de euros em 2008. Ao longo de 2009 e 2010, o accionista único reforçou os capitais próprios, através de prestações acessórias, no valor total de 3,9 e 8,5 milhões de euros, respectivamente.

Nota 26 – Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da

imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Reservas de justo valor de activos financeiros	-1 045	97
Reserva por impostos diferidos	277	-26
Outras reservas	-	-
- Reserva legal	-	-
- Reservas livres	-	-
Reservas	-768	71

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de activos, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Títulos de rendimento variável	-	-
Títulos de rendimento fixo	-1 045	97
Reservas de Justo Valor	-1 045	97

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	12 244	10 751
Imparidade	-	-
Custo Amortizado/Aquisição Líquido de Imparidade	12 244	10 751
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	11 199	10 848
Reserva de Reavaliação Bruta (Justo Valor - Custo)	-1 045	97
Impostos diferidos e correntes	277	-26
Reserva de Reavaliação Líquida de Impostos	-768	71

O movimento da reserva de justo valor líquida, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é como segue:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Saldo a 01 de Janeiro	71	7
Variações de justo valor, incluindo variação por alienações	-1 142	87
Imparidade reconhecida no ano	-	-
Variação impostos diferidos reconhecida no ano	303	-23
Saldo a 31 de Dezembro	-768	71

Nota 27 - Resultados por Acção

O resultado por acção em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

(milhares de euros)		
	2010	2009
Resultado líquido do exercício (em milhares de euros)	-7 988	-7 517
Número de acções (final do exercício)	4 000 000	4 000 000
Resultados por Acção (em euros)	-2,00	-1,88

Nota 29 – Transacções entre Partes Relacionadas

O capital da LOGO é detido na sua globalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a LOGO e sua empresa-mãe Tranquilidade ou as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, resseguro e serviços de *call center*. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 o montante global dos activos e passivos da LOGO que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2010				2009			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	4 295	-	-	-	2 465	-	-	-
TRANQUILIDADE	7 181	389	-9 623	-7 821	4 762	538	-6 358	-5 251
ES FINANCIER	-	-	-	-	511	-	-	-
EUROP ASSISTANCE	-	-	1 784	-	-	-	832	-
ES CONTACT CENTER	-	14	245	-	-	33	391	-
ESPÍRITO SANTO - SERVIÇOS,2, ACE	-	-	914	-	-	156	454	-
BESLEASING	-	7	1	-	-	8	-	-
TOP ATLÂNTICO	-	-	4	-	-	-	1	-
SGL	-	-	20	-	-	2	9	-
Total	11 476	410	-6 655	-7 821	7 738	737	-4 671	-5 251

LOGO

58

Relatório e Contas

Nota 30 – Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes, elaborada numa óptica indirecta de origem e aplicação de fundos, é apresentada no início do relatório e contas em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

Nota 31 – Compromissos

A companhia detém contratos de locação financeira para aquisição de equipamento informático e contratos de locação operacional referentes a material de transporte.

Os valores de compromissos contratuais expressos no balanço dos contratos em regime de locação financeira, são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2010	2009
Activos tangíveis (valor bruto)	9	9
Amortizações acumuladas	-6	-3
Activos Tangíveis (valor líquido)	3	6
Credores - Fornecedores de Bens	7	8

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira e das prestações de locação operacional vincendas é analisada como segue:

	(milhares de euros)		
	Até 3 meses	4 a 12 meses	+1 a 5 anos
Contratos de locação financeira	-	2	5
Contratos de locação operacional	7	16	9

Nota 37 – Outras Informações

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas

Adoptadas pela Companhia

Na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2010, a Companhia adoptou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de Janeiro de 2010:

Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2010

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

IAS 39 (Alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu uma alteração ao IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura a qual foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os cash flows elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia não teve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

IFRS 1 (alterada) – Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

As alterações ao IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e ao IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas foram efectivas a partir de 1 de Julho de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não teve qualquer impacto decorrente da adopção desta alteração.

IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (alterada) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em Janeiro de 2008 a IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades empresariais, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos interesses sem controlo do justo valor dos capitais próprios adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos “step acquisition” em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Companhia não obteve quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma revista.

IFRIC 12 – Contratos de concessão de serviços

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 a IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços. A adopção por parte da União Europeia foi em 25 de Março de 2009. Esta interpretação passa a ser de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 29 de Março de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente a) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e b) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta interpretação, A Companhia não obteve qualquer impacto ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor, sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados quando da distribuição.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC), emitiu em Novembro de 2008, a IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos; e
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta interpretação ao nível das Demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, tal como anteriormente referido, o IASB publicou o *Annual Improvement Project*, o qual alterou certas normas que se encontram em vigor. Contudo, a data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa, das quais se destaca:

- Alteração à IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo.

A Companhia não obteve qualquer impacto da adopção desta norma ao nível das Demonstrações Financeiras.

Normas, Alterações e Interpretações Emitidas mas Ainda Não Efectivas para a Companhia

IFRS 9 – Instrumentos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada

no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;

- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;
- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.
- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (Fair Value option) serão reconhecidas em (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Companhia está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações – transferências de activos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB) (adiante designada por LOGO ou Companhia) emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta alteração não foi ainda adoptada pela União Europeia.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo que os utilizadores das demonstrações financeiras possam vir a avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

Anexo 1 - Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(Valores em euros)

Identificação dos Títulos	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
Designação							
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
Total	0	0,00			0,00		0,00
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.2 - Títulos de dívida							
2.1.2.1 - De dívida pública							
PT OT 3.35% 10/15/15		600 000,00	90,18%	99,3%	595 500,00	90,9%	545 320,27
PT OT 4.35% 10/16/17		500 000,00	89,94%	103,4%	516 800,00	90,8%	454 228,77
Subtotal	0	1 100 000,00			1 112 300,00		999 549,04
2.1.2.2 - De outros emissores públicos							
PARPUBLICA 3.5% 07/13		500 000,00	93,91%	99,8%	498 791,16	95,6%	477 985,86
Subtotal	0	500 000,00			498 791,16		477 985,86
2.1.2.3 - De outros emissores							
BANCO BPI 3.25% 01/15/2015		500 000,00	87,03%	99,5%	497 595,00	90,2%	450 755,69
BCP PL 3.75% 06/11		700 000,00	96,81%	98,7%	690 900,00	98,8%	691 858,81
BCPPL 2.375% 01/18/2012		250 000,00	92,09%	99,8%	249 495,00	94,3%	235 867,44
BCP FLOAT 03/13		250 000,00	80,00%	92,0%	230 000,00	80,0%	200 048,21
BESPL 3.375% 02/15		350 000,00	86,61%	99,8%	349 411,30	89,5%	313 404,58
CXGD 4.25% 01/27/2020		750 000,00	77,75%	99,6%	746 707,50	81,7%	612 638,37
EDP FINANCE 3.25% 03/15		500 000,00	92,24%	99,4%	497 080,00	94,8%	474 126,46
PORTUGAL TELECOM 4.375% 03/17		500 000,00	94,54%	101,0%	504 750,00	97,9%	489 615,68
Dep Prazo EUR BES		0,00			3 900 000,00		3 902 829,72
Dep Prazo EUR MG		0,00			1 306 066,67		1 315 590,07
Subtotal	0	3 800 000,00			8 972 005,47		8 686 735,03
Subtotal	0	5 400 000,00			10 583 096,63		10 164 269,93
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.1 - De dívida pública							
HELLENIC REPUBLIC 6.25% 06/19/20		500 000,00	66,30%	98,9%	494 710,00	71,4%	356 756,85
Subtotal	0	500 000,00			494 710,00		356 756,85
2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
FUND ORD BANK 3% 11/19/14		500 000,00	92,85%	99,9%	499 405,00	93,2%	465 991,03
INSTITUT CREDITO OFICIAL 4.125% 09/28/17		500 000,00	91,57%	99,9%	499 580,00	92,6%	463 176,64
Subtotal	0	1 000 000,00			998 985,00		929 167,67
2.2.2.3 - De outros emissores							
ABERTIS INFRA 4.625% 10/16		500 000,00	92,32%	104,4%	521 850,00	93,3%	466 528,28
ALSTOM 2.875% 10/15		200 000,00	97,88%	99,8%	199 532,00	98,6%	197 137,55
ATLANTIA SPA 3.375% 09/17		500 000,00	94,34%	99,5%	497 270,00	95,3%	476 605,68
BANK OF AMERICA CORP 4.625% 08/07/17		250 000,00	94,35%	99,5%	248 740,00	96,2%	240 550,86
BBVA 3.625% 01/18/2017		250 000,00	91,99%	99,4%	248 582,50	95,4%	238 590,58
BBVA SENIOR FINANCE 2.75% 09/12		500 000,00	98,13%	99,8%	499 235,00	99,0%	494 871,18
CAJASTUR 3.5% 10/13		200 000,00	96,93%	100,0%	199 928,00	97,7%	195 468,36
GDF SUEZ 2.75% 10/17		300 000,00	96,48%	99,4%	298 176,00	97,0%	291 121,60
IBERDROLA FIN 3.5% 10/16		500 000,00	95,13%	99,9%	499 280,00	95,9%	479 432,67
RED ELECTRICA 3.5% 10/16		500 000,00	98,04%	100,1%	500 574,00	98,9%	494 295,34
SANTANDER FLOAT 13		700 000,00	95,80%	100,0%	700 000,00	96,1%	672 676,32
TELEFONICA 3.661% 18/09/2017		250 000,00	95,04%	100,0%	250 000,00	96,1%	240 247,99
UNICREDIT SPA 2.625% 10/15		500 000,00	95,09%	99,6%	497 935,00	95,9%	479 534,36
Subtotal	0	5 150 000,00			5 161 102,50		4 967 060,77
Subtotal	0	6 650 000,00			6 654 797,50		6 252 985,29
Total	0	12 050 000,00			17 237 894,13		16 417 255,22
3 - Total Geral	0	12 050 000,00			17 237 894,13		16 417 255,22



GABRIELA ALBERGARIA

b. 1965, Portugal

"Parc monceau #71", 2006

Prova cromogénea de ampliação digital
(Processo LightJet Lambda)

2 x (35 x 100 cm) • Edição única.

Cortesia Vera Cortês Agência de Arte

08 Divulgação das Políticas de Remuneração



01 Órgãos Sociais
7



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
19



04 Demonstração do Rendimento Integral
25



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
29



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
33



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
37



09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
73

08 Divulgação das Políticas de Remuneração

A presente divulgação engloba as seguintes 3 componentes:

- Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização;
- Política de remuneração dos “Colaboradores com funções-chave”;
- Anexo I - Declaração de cumprimento, nos termos previstos no n.º. 1 do Artigo 4º da Norma 5/2010.R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

1. Enquadramento

Com a publicação da Lei n.º. 28/2009, de 19 de Junho, as sociedades financeiras ou de interesse público, nas quais a LOGO também se insere, devem anualmente submeter à apreciação da Assembleia Geral uma proposta sobre Política de Remuneração dos membros dos respectivos Órgãos de Administração e de Fiscalização, bem como proceder à sua posterior divulgação nos documentos anuais de prestação de contas.

No âmbito específico da actividade seguradora, esta disciplina legislativa foi, no decorrer do ano 2010, objecto de desenvolvimentos regulamentares, através da publicação da Norma Regulamentar n.º. 5/2010-R, do Instituto de Seguros de Portugal e Circular n.º. 6/2010, da mesma entidade, ambas do dia 1 de Abril, que procederam à ampliação do seu conteúdo e âmbito de aplicação.

Dessa regulamentação resultou em concreto um conjunto de deveres em matéria de divulgação que importa acautelar, bem como numerosas recomendações quanto ao processo de elaboração, aprovação, e conteúdo desta política.

No seguimento da prática já prosseguida no ano anterior e com vista a assegurar o cumprimento destas novas obrigações, é então formalizada a presente política de remuneração para o ano 2011, para os membros dos Órgãos Sociais da LOGO.

2. Principais aspectos da regulamentação

Esta regulamentação tem como pano de fundo um pressuposto que não pode ser aplicado de igual modo a todas as instituições financeiras ou de interesse público, e em particular à LOGO, i.e., de que práticas remuneratórias inadequadas terão levado a uma assunção excessiva de riscos por estas Instituições, ocasionando assim perdas significativas durante a crise financeira que se iniciou em 2007.

De modo a procurar travar tais “inadequações”, a regulamentação propõe ou impõe:

- a) A divulgação de forma agregada e individual das remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização;
- b) A criação de mecanismos, com vista a desincentivar a assunção excessiva de riscos, permitindo o alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração com os interesses a médio e longo prazo da Sociedade e dos seus accionistas, baseados na avaliação de desempenho;

- c) A criação de limites máximos para a parte fixa e variável da remuneração equilibrados entre si, devendo a componente fixa ser adequada por forma a permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável;
- d) A previsão de mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante de desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando seja expectável no exercício em curso;
- e) A possibilidade de proceder ao diferimento no tempo do pagamento de parte da remuneração variável;
- f) A possibilidade de se proceder ao pagamento de parte da remuneração variável em instrumentos financeiros.

3. Práticas remuneratórias

O Conselho de Administração da LOGO e respectiva Assembleia Geral sempre consideraram que a política de remunerações seguida até à data tem sido correcta e adequada aos objectivos estratégicos da Companhia e do Grupo Accionista no qual se insere.

Efectivamente, a remuneração dos órgãos sociais em vigor na LOGO, teve sempre subjacente o integral cumprimento da legislação aplicável, bem como o respeito por práticas cuja bondade foi demonstrada ao longo dos últimos anos.

As decisões tomadas em matéria de aprovação das remunerações dos órgãos sociais caracterizam-se pelo respeito de alguns princípios, dos quais se destacam:

- A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da empresa;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com os interesses dos Accionistas;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional.

Os alegados excessos verificados noutras instituições não se verificam na LOGO.

Acresce ainda que a LOGO, tendo em consideração o facto de possuir um accionista único, com forte intervenção e participação na sua gestão, bem como uma assinalável estabilidade na composição dos seus órgãos sociais, caracteriza-se por um adequado controlo de riscos e pela ausência de políticas de curto prazo que assumam um elevado grau de riscos para a Sociedade.

4. Política de remuneração

4.1. Processo de aprovação da política de remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos órgãos sociais da LOGO é, nos termos previstos no Artigo 25º do Contrato de Sociedade, proposta pelo Conselho de Administração, sendo a mesmo objecto de avaliação em sede de Assembleia Geral, aquando da sua realização.

b) Consultores externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos membros dos órgãos sociais da LOGO não são utilizados os serviços de Consultores Externos.

4.2. Remuneração dos membros da mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é, nos termos previstos no Artigo 16º do Contrato de Sociedade, constituída por um Presidente e um Secretário. Os respectivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo por Assembleia Geral, na data da sua realização.

4.3. Remuneração dos membros do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é, nos termos previstos no Artigo 27º do Contrato de Sociedade, constituída por três membros, dos quais um desempenha as funções de Presidente. Os respectivos membros são remunerados através do pagamento de um valor fixo mensal 12 vezes ao ano.

4.4. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com as condições definidas legalmente nos artigos 59º e 60º do DL n.º 487/99, de 16 de Novembro, alterados pelo DL n.º 224/2008, de 20 de Novembro.

Os honorários são propostos pelo Revisor Oficial de Contas e aprovados pelo Conselho de Administração, com o parecer do Conselho Fiscal.

4.5. Remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é, em cumprimento do disposto no artigo 22º do Contrato de Sociedade, constituído por cinco membros, dos quais um é designado Presidente pela Assembleia Geral.

Todos os membros desempenham, no âmbito do Conselho de Administração, funções executivas.

a) Remuneração

Os membros do Conselho de Administração podem auferir uma remuneração fixa, paga catorze vezes ao ano, à qual pode ainda acrescer uma remuneração variável de acordo com os critérios e condições definidos na política de remuneração aprovada em Assembleia Geral.

Com excepção da atribuída ao seu Presidente, todos os membros do Conselho de Administração auferirão a mesma remuneração fixa. Apenas a parte variável poderá ser distinta.

Importa contudo salientar que, até à data, todos os membros do Conselho de Administração têm desempenhado funções não remuneradas ao serviço da LOGO.

b) Critérios de definição da componente variável, mecanismos de limitação e momento do seu pagamento

Os critérios e condições de atribuição de qualquer remuneração variável, quando existente, serão em tudo idênticos aos previstos para as restantes empresas do Grupo Tranquilidade, designadamente:

- i. A remuneração variável será referente ao desempenho de curto prazo;
- ii. A remuneração variável será calculada no início de cada ano, em função do cumprimento dos principais objectivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração, designadamente, o Resultado Líquido do Exercício, a Rentabilidade dos Capitais Próprios e o Rácio Combinado;
- iii. O valor da remuneração variável; será proporcional ao grau de cumprimento dos indicadores de gestão anteriormente referidos;
- iv. O valor da remuneração variável a distribuir pelos membros dos órgãos sociais ficará sempre sujeito ao limite estatutário previsto no n.º 3 do Artigo 25º do Contrato de Sociedade, que será a partir deste ano fixado em 5% dos lucros líquidos do exercício.

A remuneração variável, quando existente, será paga nos termos e condições que vierem a ser definidos na Política de Remunerações em vigor, podendo o pagamento de uma parte da mesma ser diferido no tempo.

c) Critérios para avaliação de desempenho

A avaliação dos membros do Conselho de Administração assenta nos seguintes indicadores de gestão:

- Resultado Líquido do Exercício;
- Rentabilidade dos Capitais Próprios;
- Rácio Combinado.

Sem prejuízo da análise dos indicadores acima referidos, no processo de avaliação será sempre tida em consideração a adequabilidade, quer dos capitais próprios da Companhia ao seu nível de risco, quer ainda da representação das provisões técnicas.

d) Sistema de prémios anuais e de outros benefícios não pecuniários

Para além da possibilidade de existir uma remuneração fixa e variável nos termos descritos na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da LOGO.

e) Remunerações pagas sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos

Para além da possibilidade de existir uma remuneração fixa e variável nos termos descritos na presente política de remunerações, não existem outras formas de remuneração dos membros do Conselho de Administração da LOGO.

f) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do Órgão de Administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros do Conselho de Administração da LOGO relacionadas com a cessação das suas funções.

g) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do Administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros do Conselho de Administração da LOGO, em caso de destituição sem justa causa.

h) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores.

Não são atribuídos aos membros do Conselho de Administração da LOGO quaisquer benefícios não pecuniários de relevo.

5. Regime complementar de pensões ou de reforma antecipada

Os Administradores da LOGO, em virtude de desempenharem idêntico cargo na Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. são beneficiários de um fundo de pensões denominado "Fundo de Pensões dos Administradores da Tranquilidade" gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de pensões, S.A., cujo regulamento foi objecto de avaliação e aprovação em sede de Assembleia Geral da Companhia de Seguros Tranquilidade S.A., realizada em 27 de Fevereiro de 2007.

As principais características do referido fundo de pensões encontram-se descritas na Política de Remunerações dos Órgãos Sociais da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A..

6. Pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de Administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada em Assembleia Geral.

7. Quadro de remunerações pagas aos membros dos Órgãos Sociais da LOGO durante o ano de 2010

(milhares de euros)

	LOGO		
	Fixo	Variável	Total
Conselho de Administração			0,0
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha (Pres.)	---	---	0,0
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso	---	---	0,0
António Miguel Natário Rio-Tinto	---	---	0,0
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno	---	---	0,0
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente	---	---	0,0
Conselho Fiscal			37,4
António Ricardo Espírito Santo Bustorff (Pres.)	15,4	---	15,4
João Faria Rodrigues	11,0	---	11,0
Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura	6,0	---	6,0
João Paulo Cunha Leite Abreu Novais	5,0	---	5,0
Total Remunerações	37,4	0,0	37,4

Conforme definido na alínea a) do ponto 4.5 da presente Política de Remuneração dos Órgãos Sociais, aos membros do Conselho de Administração não foram pagas, no ano 2010, quaisquer remunerações pelo exercício das respectivas funções.

No valor das remunerações pagas em 2010 ao Presidente do Conselho Fiscal Dr. António Ricardo Espírito Santo Bustorff estão incluídos 7 mil euros relativos ao ano de 2009.

No valor das remunerações pagas em 2010 ao Membro do Conselho Fiscal Dr. João Faria Rodrigues estão incluídos 5 mil euros relativos ao ano de 2009.

O Dr. João Paulo Cunha Leite Abreu Novais cessou as suas funções em 31 de Dezembro de 2009, sendo o valor das remunerações pagas em 2010 relativas ao ano 2009.

Política de remuneração dos “colaboradores com funções-chave”

1. Enquadramento

Com a publicação da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, as sociedades financeiras ou de interesse público, nas quais a LOGO, também se insere por força do disposto no DL n.º 225/2008, de 20 de Novembro, devem anualmente submeter à apreciação da Assembleia Geral uma proposta sobre Política de Remuneração dos Membros dos respectivos Órgãos de Administração e de Fiscalização, bem como proceder à sua posterior divulgação nos documentos anuais de prestação de contas.

No âmbito específico da actividade seguradora, esta disciplina legislativa foi, no decorrer do ano 2010, objecto de desenvolvimentos regulamentares, através da publicação da Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, do Instituto de Seguros de Portugal e Circular n.º 6/2010, da

mesma entidade, ambas do dia 1 de Abril, que procederam à ampliação do seu conteúdo e âmbito de aplicação.

Dessa regulamentação resultou em concreto o dever de divulgação da política de remunerações aplicável aos colaboradores das empresas de seguros sujeitas à supervisão do Instituto de Seguros de Portugal que, não sendo membros dos respectivos órgãos de administração ou de fiscalização, auferam uma remuneração variável e exerçam a sua actividade no âmbito das funções-chave ou outra actividade que possa ter impacto material no perfil de risco da instituição.

Com vista a assegurar o cumprimento desta nova obrigação, é então formalizada a presente política de remuneração para o ano 2011, aplicável aos colaboradores que desempenham funções-chave, conforme definido na alínea e) do ponto 1.3 da Circular 6/2010, bem como aos que exerçam uma actividade com impacto material no perfil de risco da empresa, que para efeito da presente política, são os indicados na alínea b) do ponto 4 infra (Delimitação do âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

2. Principais aspectos da nova regulamentação

A publicação da Norma n.º 5/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, em complemento às obrigações previstas na Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, veio impor às entidades de interesse público, como é o caso da LOGO, novas obrigações, não só em relação à Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, mas também em relação à Política de Remuneração dos colaboradores que desempenham funções-chave na empresa ou cuja actividade profissional possa impactar no perfil de risco da instituição.

Mais exigente, quanto ao correspondente âmbito e conteúdo, a Norma Regulamentar n.º 5/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, veio assim impor que na informação a divulgar relativamente à Política de Remuneração em vigor na empresa, abranja no caso concreto dos “Colaboradores com Funções-Chave”, os seguintes aspectos:

- Modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos referidos colaboradores com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos;
- Processo de decisão utilizado na definição da política de remuneração;
- Relação entre a remuneração fixa e variável e limites aplicáveis à remuneração variável;
- Critérios de definição da remuneração variável, bem como os critérios para diferimento do respectivo pagamento e o período de diferimento mínimo.

Por sua vez, a Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, veio estabelecer algumas recomendações sobre o conteúdo da política de remunerações, preconizando nomeadamente que:

- A remuneração fixa dos “Colaboradores com Funções-Chave”, cuja remuneração incluía também uma componente variável, represente uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável;
- A componente variável da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” seja sujeita a um limite máximo;
- O pagamento de parte substancial da componente variável da remuneração seja feito em instrumentos financeiros, cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição;

- d) A quantificação da componente variável da remuneração atenda complementarmente a critérios não financeiros e dependa, em parte, do desempenho colectivo da unidade onde o colaborador se integra;
- e) A remuneração variável em função do desempenho seja atribuída segundo critérios predeterminados, mensuráveis e tenha por referência um quadro plurianual;
- f) O pagamento de parte da remuneração variável seja diferido;
- g) O montante da remuneração variável dos colaboradores que exerçam funções de controlo dependa da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções e não das áreas sob o seu controlo;
- h) A política de remuneração seja, pelo menos, anualmente avaliada de forma independente pelas funções de controlo da instituição, em articulação entre si.

Ainda que estas recomendações não tenham carácter injuntivo, o Conselho de Administração da LOGO deve, por força do estipulado no n.º 3 do artigo 4º da Norma 5/2010-R anteriormente referida, enviar anualmente ao Instituto de Seguros de Portugal, uma declaração sobre a conformidade da política de remuneração com estas recomendações, numa lógica de *comply or explain*.

3. Práticas remuneratórias

O Conselho de Administração da LOGO sempre considerou que a política de remuneração seguida até à data em relação aos seus Colaboradores e, em particular, em relação aos que desempenham Funções-Chave ou funções que possam impactar no perfil de risco da Companhia, tem sido correcta e adequada aos Objectivos Estratégicos quer da própria empresa, quer do Grupo Accionista no qual se insere.

As decisões tomadas neste âmbito caracterizam-se pelo respeito de alguns princípios, dos quais se destacam:

- A consistência das práticas remuneratórias em relação às estratégias, aos resultados e às capacidades financeiras da empresa;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com os critérios da avaliação de desempenho anual dos colaboradores;
- O alinhamento das práticas remuneratórias com as existentes do mercado nacional e, em particular, no sector segurador.

A LOGO não foi assim internamente afectada pelas patologias remuneratórias relacionadas com a crise financeira que motivaram algumas intervenções normativas nacionais sobre remuneração das instituições financeiras.

Todavia, com o objectivo de assegurar um constante alinhamento com as melhores práticas do mercado, a LOGO irá procurar ajustar-se, na medida adequada, às indicações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, relativas ao próprio conteúdo da política – as quais, reitere-se, têm carácter meramente recomendatório, sendo dirigidas às instituições numa lógica de *comply or explain*.

Nesse sentido, com base na avaliação anual efectuada à estrutura de remunerações da LOGO, mas também com base na regulação recentemente criada, o Conselho de Administração da LOGO formaliza assim, através do presente documento, a política de remunerações aplicável aos seus “Colaboradores com Funções-Chave” na qual se consagram os seguintes pilares essenciais:

- a) Promoção do equilíbrio entre as componentes fixa e variável da remuneração total, com fixação de limites máximos para ambas as formas de remuneração;

- b) Definição do montante efectivo da remuneração variável em função da avaliação de desempenho a realizar anualmente pelo Conselho de Administração.

Na LOGO, para o ano 2011, tendo presente as características inerentes à estrutura de remuneração em vigor, valores máximos considerados e níveis de tolerância ao risco definidos, não foi considerado necessário proceder ao diferimento de uma parte da componente variável da remuneração, sendo a mesma paga de uma só vez, no ano da avaliação de desempenho do colaborador a que diz respeito.

De igual modo e inerente ao facto da empresa possuir um accionista único e os seus títulos não serem cotados em mercados regulamentados, a possibilidade de uma parte da componente variável consistir na atribuição de opções sobre acções da Empresa não foi considerada na presente política de remuneração.

4. Delimitação do âmbito de aplicação da Política de Remuneração

Nos termos previstos na Norma n.º 5/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, a presente Política de Remunerações aplica-se não só:

- a) Aos Colaboradores que desempenham funções-chave, entendendo-se como tal todos aqueles que exercem cargos de chefia no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno (Director Coordenador, Director-Adjunto, Director de Serviço ou Responsável de Gabinete das Direcções de Risco Global e Controlo Interno e Direcção de Auditoria), mas também;
- b) Aos Colaboradores que exercem cargos de chefia no âmbito da função actuarial, bem como ao Actuário Responsável, conforme referido na recomendação prevista no ponto V.9 da Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal;
- c) A todos os Colaboradores com cargos de chefia de 1º nível (Directores de Topo) e Assessores do Órgão de Administração, independentemente da área em que exerçam actividade, por se entender que – à margem dos titulares dos órgãos sociais – estes profissionais representam, no concreto caso da LOGO, os colaboradores cujo desempenho tem um impacto material sobre o perfil de risco da Companhia.

Para efeitos da presente política de remuneração, o conjunto dos colaboradores acima considerados será no presente documento designado genericamente por “Colaboradores com Funções-Chave”.

5. Processo de aprovação da Política de Remuneração

a) Aprovação

A política de remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” é avaliada e aprovada pelo Conselho de Administração, mediante proposta apresentada pelo Administrador responsável pelo pelouro dos Recursos Humanos.

Na elaboração da proposta de política de remuneração participam activamente o Director Geral e diversos quadros das principais Direcções da Companhia, em particular da Direcção de Pessoal, sendo a mesma também avaliada pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno com vista a apurar o seu eventual impacto ao nível da gestão de riscos e capital necessário.

A concreta fixação da remuneração é, por fim, aprovada pelo Conselho de Administração.

b) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos “Colaboradores com Funções-Chave” da LOGO incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objectivos estratégicos da Companhia.

c) Composição do Conselho de Administração

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha – Presidente
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

d) Consultores Externos

Na definição da política de remuneração aplicável aos “Colaboradores com Funções-Chave” da LOGO não foram utilizados os serviços de Consultores Externos.

6. Remuneração

a) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global da Companhia é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final de Maio.

Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com os resultados da Companhia, indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do CCT para a actividade seguradora, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de Maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

b) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média, aproximadamente 84% da Remuneração Total Anual.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores da Companhia, como diuturnidades ou outros subsídios.

A parte variável para 2011 deve corresponder, em média, a 16% da Remuneração Total Anual sendo que o valor máximo individualmente considerado não deverá exceder 20% do valor total da remuneração.

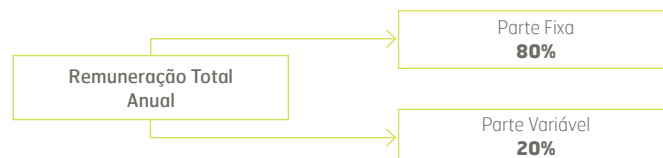
c) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa pode representar, em média, aproximadamente 80% do total da remuneração, sendo os restantes 20% atribuídos como parte variável.

Tal situação adequa-se às recomendações constantes da Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal, que favorecem uma percentagem elevada da componente remuneratória fixa em relação à componente variável da remuneração.

O montante exacto da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do colectivo da respectiva unidade em que o Colaborador se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho da LOGO, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

d) Critérios de definição da componente variável e momento do seu pagamento



A Remuneração Variável Anual (RVA) é referente ao desempenho de Curto Prazo e terá um peso, em média, de aproximadamente 20% na Remuneração Total Anual.

A RVA máxima será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objectivos e Incentivos (SOI) associado à Direcção / área na qual o Colaborador se insere, em função do grau de cumprimento dos principais objectivos, aprovado pelo Conselho de Administração, aferidos pela Avaliação de Desenvolvimento;

A RVA é paga em numerário no período imediatamente a seguir à data de referência dos resultados.

e) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos Colaboradores abrangidos pela presente Política de Remuneração, assenta nas variáveis a seguir enunciadas:

i. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas comerciais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco
- Espírito de Equipa
- Visão Estratégica
- Planeamento, Organização e Controlo
- Orientação para o Cliente
- Capacidade de negociação
- Conhecimento dos Produtos e Serviços

ii. Variáveis tidas em consideração na avaliação dos “Colaboradores com Funções-Chave” pertencentes às áreas centrais:

- Orientação para os resultados com uma gestão cuidada do risco
- Espírito de Equipa
- Visão Estratégica
- Planeamento, Organização e Controlo

7. Outros benefícios atribuídos aos “Colaboradores com Funções-Chave”

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os “Colaboradores com Funções-Chave” auferem os seguintes benefícios:

a) Seguro de Saúde, de acordo com o definido na Cláusula 61ª do CCT para o sector segurador;

b) Seguro de Vida, de acordo com o definido na Cláusula 64ª do CCT para o sector segurador.

8. Ampliação do âmbito de aplicação da presente Política de Remuneração

Salvo mediante decisão em sentido oposto aprovada em sede de Conselho de Administração, a presente Política de Remuneração será igualmente aplicável em relação aos restantes colaboradores da LOGO, não considerados nos critérios definidos no ponto 4 infra (Delimitação do âmbito de aplicação da Política de Remuneração).

Anexo 1 - Declaração de Cumprimento (n.º 1 do artigo 4º da Norma 5/2010-R, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal)

Indicação discriminada das recomendações adoptadas e não adoptadas contidas na Circular 6/2010, de 1 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal.

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
I. Princípios Gerais			
I.1 Adopção de uma política de remuneração consistente com a gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objectivos, valores e interesses à longo prazo da instituição, designadamente com as perspectivas de crescimento, rentabilidade e protecção dos clientes;	√		
I.2 Adequação da PR à dimensão, natureza e complexidade da actividade desenvolvida, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir;	√		
I.3 Adopção de uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da PR, que identifique de forma objectiva, os colaboradores envolvidos no processo, bem como as respectivas responsabilidade e competências.	√		
II. Aprovação da Política de Remunerações			
II.1 Aprovação da PR por parte de uma Comissão de Remuneração ou no caso da sua existência não ser exequível ou não se justificar (dimensão, natureza ou complexidade da instituição) pela Assembleia Geral;	√		
II.2 Aprovação pelo Conselho de Administração da PR aplicável aos colaboradores;	√		
II.3 Participação na definição da PR de pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, de modo a evitar conflitos de interesse e permitir a formação de um juízo de valor independente;	√		
II.4 A PR deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição; A PR deve ainda ser objecto de formalização em documento autónomo, devidamente actualizado, com indicação das alterações introduzidas e respectiva justificação e mantido um arquivo das versões anteriores;	√		
II.5 Divulgação aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pela sua aplicação, do processo de avaliação.	√		
III. Comissão de Remuneração (CR)			
III.1 A CR, caso exista, deve efectuar uma revisão, com periodicidade anual da PR e da sua implementação, de forma a permitir um juízo de valor fundamentado e independente sobre a PR, à luz das recomendações (Circular 6/2010), em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;			
III.2 Os membros da CR devem ser independentes em relação aos membros do Órgão de Administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções;			
III.3 Caso a CR recorra à prestação de serviços externos (consultores) não deve contratar pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos 3 anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do Órgão de Administração, ao próprio Órgão de Administração ou que tenha relação actual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviço;			Não aplicáveis
III.4 A CR deve informar anualmente os accionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas AG em que a Política de Remuneração conste da ordem dos trabalhos;			
III.5 A CR deve reunir com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar actas de todas as reuniões efectuadas.			

Recomendação	Cumpre	Não Cumpre	Observações
IV. Órgão de Administração – Membros com Funções Executivas			
IV.1		X	Os critérios de avaliação assentam nesta fase somente nos seguintes indicadores de gestão: <ul style="list-style-type: none"> • Resultados líquidos do exercício; • Rentabilidade dos Capitais Próprios; • Rácio combinado. Sendo também sempre tida em consideração a adequabilidade dos capitais próprios ao seu nível de risco e representação das provisões técnicas.
IV.2			Não aplicáveis (Os membros do Órgão de Administração não auferem remunerações pelo exercício das suas funções)
IV.3			
IV.4			
IV.5			
IV.6			
IV.7			
IV.8			
IV.9			
IV. Órgão de Administração – Membros não Executivos			
IV.10			Não aplicáveis (Os membros do Órgão de Administração não auferem remunerações pelo exercício das suas funções)
IV. Órgão de Administração – Indemnizações em caso de destituição			
IV.11	√		
V. Remuneração dos Colaboradores – Relação entre a Remuneração Fixa e Variável			
V.1	√		
V.2		X	Não aplicável, tendo presente a estrutura accionista da LOGO, bem como o facto dos seus títulos não se encontrarem cotados em mercados regulamentados.
IV. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável			
V3.	√		

Recomendação		Cumpre	Não Cumpre	Observações
V.4	Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseie num desempenho de longo prazo;		X	Os critérios utilizados são predeterminados e mensuráveis. Não são relativos a um quadro plurianual por se entender que esta componente tem um baixo peso no valor global e diz respeito ao cumprimento ou não dos objectivos anuais.
V.5	A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra; O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	√		
V. Remuneração dos Colaboradores (Funções-Chave) – Diferimento da Remuneração Variável				
V.6.	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à actividade da qual resulta a sua atribuição;		X	O baixo peso desta componente não justifica o seu diferimento.
V.7.	A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.		X	Não aplicável face ao disposto no ponto anterior.
V. Remuneração dos Colaboradores – Critérios de Atribuição da Remuneração Variável				
V.8.	Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objectivos associados às respectivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	√		
V.9	Em particular, a função actuarial e o actuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	√		
VI. Avaliação da Política de Remuneração				
VI.1	A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si;	√		
VI.2	A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;	√		
VI.3	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à AG ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	√		
VII. Grupos Financeiros				
VII.1	A empresa-mãe de um grupo segurador ou conglomerado financeiro sujeito à supervisão do ISP com base na sua situação em base consolidada deve assegurar que todas as suas filiais, incluindo as filiais no estrangeiro, implementem políticas de remuneração consistentes entre si, tendo por referência as presentes recomendações;			
VII.2	A adopção das presentes recomendações deve ser assegurada para o total das remunerações pagas a cada colaborador pelo conjunto das instituições que integrem o mesmo grupo segurador ou conglomerado financeiro;			
VII.3	As funções-chave da empresa-mãe devem efectuar, em articulação entre si, com uma periodicidade mínima anual, uma avaliação das práticas remuneratórias das filiais no exterior à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respectivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição;			Não aplicável no caso específico da LOGO.
VII.4	As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração da empresa-mãe e à assembleia-geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da avaliação a que se refere o número anterior, que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.			



GABRIELA ALBERGARIA
b. 1965, Portugal
"Parc monceau #73", 2006
Prova cromogénea de ampliação digital
(Processo Lightlet Lambda) e lápis verde
2 x (35 x 100 cm) - Edição única
Cortesia Vera Cortês Agência de Arte

09 Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



01 Órgãos Sociais
7



02 Relatório do Conselho de Administração
11



03 Demonstrações Financeiras
19



04 Demonstração do Rendimento Integral
25



05 Mapa de Variação de Capitais Próprios
29



06 Demonstração de Fluxos de Caixa
33



07 Anexo às Demonstrações Financeiras
37



08 Divulgação das Políticas de Remuneração
63

JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas N.º 312

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **SEGUROS LOGO, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010, (que evidencia um total de 27.016 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.237 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 7.988 milhares de euros), a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Mapa de Variação de Capitais Próprios do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **SEGUROS LOGO, S.A** em 31 de Dezembro de 2010, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

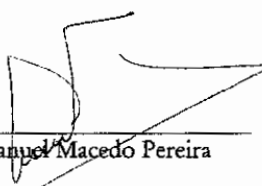
ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamo a atenção para a situação seguinte:

- ♦ Tal como referido no Relatório do Conselho de Administração o capital próprio da Companhia não cumpre os requisitos mínimos exigidos pelo artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Não obstante, a Companhia apresenta uma taxa de cobertura da Margem de Solvência de 102,7% (130,3% em 2009) face ao exigido pelas disposições regulamentares para o exercício da actividade seguradora.

Lisboa, 22 de Março de 2011



José Manuel Macedo Pereira

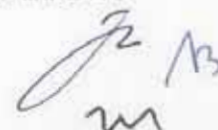
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas da
SEGUROS LOGO, S.A.

No cumprimento das disposições legais e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **SEGUROS LOGO, S.A.**, apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva Certificação Legal das Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia emitiu oportunamente.

Ao longo do exercício de 2010, o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração e aos Serviços da Companhia a quem cabe a responsabilidade operacional, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda através das acções de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

Os objectivos estabelecidos no momento do lançamento da LOGO e que já por si eram ambiciosos foram alcançados cerca de 6 meses antes do previsto, tendo a LOGO terminado o ano de 2010 com 114.741 clientes e 21,9% de quota de mercado entre as seguradoras directas (ramo automóvel). Estes dados são ainda mais relevantes uma vez que permitiram à LOGO terminar 2010 como a segunda seguradora directa (em termos de prémios do ramo automóvel), ultrapassando assim uma das seguradoras incumbentes do mercado directo. Estes factos atestam do sucesso da estratégia de negócio definida, assente numa linha de



comunicação e marketing inovadora e diferenciadora e pela excelência da implementação da estratégia definida, factor chave do sucesso. 2010 foi também o primeiro ano de comercialização do "LOGO Casa" (seguro multirisco lançado em Dezembro de 2009), tendo servido como aprendizagem para um novo ramo.

O Grupo Tranquilidade, no qual a LOGO se insere, prosseguiu, no decorrer do ano 2010, o trabalho de adaptação ao novo regime de Solvência II, o qual irá implicar alterações substanciais no negócio de seguro. Em matéria de Solvência II foi ainda elaborado um plano de implementação do programa de Solvência II (Roadmap) com a identificação e calendarização das principais acções a desenvolver no decorrer dos próximos dois anos no Grupo Tranquilidade, tendo o mesmo sido comunicado ao Instituto de Seguros de Portugal.

Neste exercício realce ainda para o reforço dos fundos próprios com a constituição de Prestações Acessórias num total de 8.500 milhares de euros. Contudo, é de referir que, os actuais níveis de capital da sociedade não dão cumprimento aos requisitos mínimos exigidos pelo Artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, não obstante o nível de capital exigido para o exercício da actividade seguradora se encontrar ultrapassado pelos níveis do rácio de solvência (130,3% em 2009 e 102,7% em 2010).

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados pela Companhia, funções estas da responsabilidade do Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas, designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia.

Após o final do exercício de 2010 procedemos à apreciação do respectivo Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2010. Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal das Contas do exercício de 2010, datada de 22 de

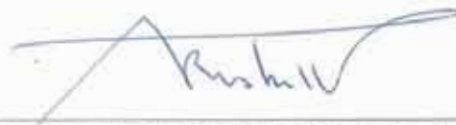
Março de 2011, emitida sem reservas pelo referido Revisor Oficial de Contas e com a qual concordamos.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas e acima resumidas, e em consonância com as respectivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da Seguros LOGO, S.A. aprove:

- a) O Relatório de Gestão, datado de 15 de Março de 2011, e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos negativos do exercício de 2010, no montante de 7.988.370 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório de Gestão, acima referido.

Lisboa, 25 de Março de 2011

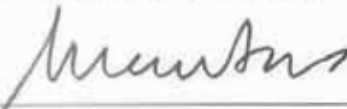
O Conselho Fiscal



António Ricardo Espírito Santo Bustorff – Presidente



João de Faria Rodrigues – Vogal



Maria Madalena França e Silva Quintanilha Mantas Moura – Vogal

LOGO[®]

2010

Relatório e Contas

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a colecção de fotografia BES art que o Banco está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.

FOTOGRAFIAS

Colecção
Banco
Espírito
Santo

BES
art COLECCÃO
BANCO
ESPIRITO SANTO

DESIGN E DESENVOLVIMENTO

Linha 21
Marketing
e Publicidade

L2!



BERNHARD HEIDL
b. 1951 - Alemanha
SeaZen, 2008
Prova de impressão digital
a jacto de tinta
60x90cm • Edição: 1/5+ 1 PA
Cortesia do Artista